

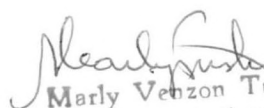
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

***O TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA COMO
INSTRUMENTO EDUCATIVO DE CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA: EM TEORIA, POSSIBILIDADES, PROSA E
QUEM SABE EM VERSOS...***

*Aprovado pelo DSS
em 09.12.97*


Marly Venzon Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSQ

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do
Grau de Bacharel em Serviço Social,
orientado pela Professora Mestre
Heloisa Maria José de Oliveira*

DANIELLE MICHELINE WAGNER

Florianópolis – SC, novembro de 1997.

Existem teorias aos milhares que iluminam e idealizam homens iguais, não em desejos, mas nas possibilidades de poderem desejar e acreditarem na realização. Todos eles olham pro horizonte e lá se vêem é lá que projetam seus sonhos no aqui da prosa do dia-a-dia ... e o gigante que é o homem se amedronta com algumas pequenas coisas que ele próprio constrói, mal sabe ele que a vida poderia ser contada e sentida em versos, sempre em versos ... pois já é hora de descobrir !!!

Dani

AGRADECER ...

... é saber que em toda a obra que nos dedicamos construir, existem mãos e corações que se entrelaçam, muito perto ou mesmo de longe (fisicamente). É este envolvimento que torna possível que a inspiração e a espontaneidade se transformem na intenção de edificar. Agradecer é ter em mente que a presença da força e da energia das pessoas que se empenharam junto comigo nesta caminhada, está aqui desenhada ... submersa, flutuante, presente nas entrelinhas: em teoria, possibilidades, prosa e quem sabe em versos! Sempre versos ...

Em especial, dedico este trabalho aos meus pais Vitor Hugo e Ana Terezinha e ao meu querido Ale!

À Professora Heloísa, aos adolescentes trabalhadores da ECT e às caras amigas Ale, Gi, Lorena, Adri, Fê, Cynthia, Tânia e Anne: aquele abraço !!!

SUMÁRIO

| | | |
|---|--|-----------|
| | Introdução..... | 6 |
| | Capítulo I QUEM SURTIU PRIMEIRO? A TEORIA OU A CIDADANIA? | 12 |
| ⇒ | 1.1 A “história” de construir a cidadania..... | 13 |
| ⇒ | 1.2 Era uma vez um país sem cidadãos..... | 31 |
| | Capítulo II POSSIBILIDADES: EDUCAR PARA A CIDADANIA? | |
| | ATRAVÉS DA TEORIA OU DA PROSA DO DIA-A-DIA?..... | 57 |
| | 2.1 O adolescente cidadão aprendendo a trabalhar sobre os pilares dos direitos e deveres: em teoria!..... | 58 |
| | 2.2 Pensando o Programa Correios Educando para o Futuro como espaço de construção da cidadania: em possibilidades! | 76 |
| | 2.2.1 O trabalho no cotidiano dos adolescentes e de seus orientadores: em prosa!..... | 86 |
| ⇒ | 2.2.2 Mas... o que é mesmo essa tal cidadania?..... | 101 |
| | 2.2.3 O eterno conflito entre escola e trabalho..... | 108 |
| | 2.2.4 Os orientadores na sua tarefa de “educadores” | 114 |

2.2.5 A cidadania dos adolescentes/trabalhadores da ECT em foco119

CONSIDERAÇÕES FINAIS: quem sabe em versos!..... 127

Bibliografia..... 132

Anexo..... 138

INTRODUÇÃO

... para mim apenas a viagem nos caminhos tem um coração, em qualquer caminho que possa ter um coração. Lá eu viajo, e o único desafio que vale a pena para mim é atravessar toda a sua extensão ... olhando, olhando, sem respiração.

Carlos Castañeda

O presente trabalho compete à exigência do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Assistente Social.

Ao pretendermos introduzir nossos questionamentos, vamos logo alertando que o tema que aqui tratamos, discorre sobre a condição a que todos, simplesmente todos ... estão comprometidos - a condição de cidadãos. Por se tratar da cidadania, acreditamos que o seu estudo deva interessar, sobremaneira, à profissão que escolhemos, mediante os seus atributos e compromissos sociais para com a população. Dessa forma, por estarmos inseridos num contexto nacional, onde a condição de cidadania freqüentemente é deixada em segundo plano pelas contradições e desigualdades de nosso excludente sistema capitalista, é que afirmamos o nosso interesse em aprofundá-lo. Todavia, ao se tratar de um tema amplo que nos permite recortá-lo nas várias dimensões que alcança, comprometemo-nos a focalizá-lo sob a ótica - trabalho na

adolescência como um instrumento educativo para a construção dessa igual condição de cidadania - como o próprio título desse trabalho aponta. Neste enfoque é que se configura o objeto de nosso trabalho e para chegarmos a ele, obviamente tivemos que percorrer diferentes, porém não desconectados, caminhos.

Está aí a riqueza embutida no propósito de pesquisar, saímos como viajantes em busca de um destino a princípio estipulado, no entanto, ao fazermos nossas primeiras incursões, percebemos que muitas de nossas bagagens deveriam ser reorganizadas. Assim deixamos algumas roupagens para trás e fomos experimentando novas ao longo do caminho, conforme nos foram trazidas pelos horizontes que visitamos.

E como todo caminho, segundo Castañeda, tem um coração... o coração do nosso se situou no intuito de desvelar o Programa Correios Educando para o Futuro, o qual contrata adolescentes para participarem de situações reais de trabalho no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em toda a sua extensão nacional; mas, no caso de nosso trabalho, elegemos como limite de nossa análise o espaço institucional da Grande Florianópolis. O mesmo espaço serviu para empreendermos nosso estágio curricular no período de fevereiro de 1996 a agosto de 1997, junto ao Serviço Social da empresa. Foi nesse cenário que acompanhamos com mais proximidade as situações reais

de trabalho as quais estavam submetidos os adolescentes, como também, acompanharmos o trabalho dos funcionários designados a orientá-los. Esse acompanhamento suscitou-nos variadas dúvidas e questionamentos, especialmente acerca da vigência e do impacto da experiência no referido Programa sobre a vida pessoal, profissional e principalmente cidadã desses adolescentes.

O recorte dado ao tema da cidadania implementada pela via do trabalho na adolescência, foi embasado pelas teorias que a concebem, com diferentes pontos de vista, abordagens e contextos sobre o seu desenvolvimento e concretização. Sendo assim, dividimos esse trabalho em dois capítulos para melhor situarmos a discussão.

O primeiro capítulo por nós formulado, remonta o desenvolvimento da cidadania com base na teoria clássica de T. H. Marshall (1967), em seu primeiro item, são trazidos os seus apontamentos sobre a tripartição da cidadania nos direitos civis, políticos e sociais. Ao mesmo tempo que o autor discorre sobre o assunto, - tendo em vista a realidade inglesa entre os séculos XVII e XX, concomitante ao surgimento e fortalecimento do sistema capitalista de divisão de classes, contribui com seu estudo para o coração do nosso trabalho, através das intermediações que faz sobre os três direitos básicos de cidadania. Na sua interpretação os direitos eram concebidos e realizados separadamente na sociedade feudal, até que, no decorrer

desses três séculos, foram incorporados ao conceito de cidadania enquanto uma instituição em desenvolvimento, chegando a sua concepção contemporânea. Sobre seu conceito contemporâneo, ainda fazemos breve menção mediante alguns autores como Bobbio (1994), Yasbek (1995), Andrade (1987), Coimbra (1987), Castel (1996), Spink (1994), Dimenstein (1995), Demo (1995), Teves Ferreira (1993) entre outros, os quais são referendados não só nessa primeira investida de nossa viagem, mas em outras abordagens mais específicas no decorrer do trabalho. Os autores ora citados abordam a cidadania basicamente como um aprendizado coletivo, por vias educacionais, literalmente falando, como também pelo exercício de participar da sociedade mediante a reivindicação pela melhoria da qualidade de vida.

* (No atual contexto, a cidadania significa o compartilhamento de direitos e deveres dos indivíduos, calcados na igualdade e liberdade de vez e voz. Tais questionamentos são melhor aprofundados no segundo item desse mesmo capítulo, onde recorreremos à Constituição Federal de 1988 e a seus preceitos sobre os três direitos básicos de cidadania, em confronto com a efetiva realidade vivenciada pelos cidadãos. Trazemos ainda o discurso da sociedade de consumo mais profundamente forjada no atual cenário neoliberal, o qual nos faz observar que é um sério agravante à concretização da cidadania e de que mesmo perante a democracia da Constituição Federal, o Brasil não tenha deixado de ser

um país sem cidadãos...

A discussão da cidadania nesse segundo item do primeiro capítulo, nos estimulou a iniciar o próximo com a temática da educação na perspectiva do trabalho dos jovens cidadãos.

O segundo capítulo discute o trabalho dito educativo tratado conforme o Projeto de Lei ainda em tramitação no Congresso que regulamenta seus fundamentos. Ao analisarmos o mesmo, pretendemos chegar ao questionamento da realidade do trabalho adolescente como via educativa para formar jovens cidadãos. Questionamos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, como alguns autores como Fonseca (1997), Oliveira (1997) e Santos (1997), sobre qual a educação para a cidadania que é pretendida no trabalho. Com esse intuito, finalmente fomos chegando ao segundo item com uma bagagem menos pesada e mais consistente sobre a temática, em que o enfoque do trabalho na adolescência, foi então a concreta experiência de estágio com os adolescentes trabalhadores da ECT.

A partir desse ponto, embarcamos para o nosso destino, usando os dados adquiridos na pesquisa exploratória que fizemos com os adolescentes e seus Orientadores, que se revelou num material denso e riquíssimo que nos remeteu para variadas dimensões que a cidadania engloba. Trouxemos a fala dos mesmos tanto na íntegra, como através de respostas agrupadas em forma de tabelas, dividindo a

apresentação em sub-itens por identificação das questões tratadas.

Nossa interpretação esteve, a todo momento, correlacionando os dados obtidos à preocupação de perceber a perspectiva de cidadania que os adolescentes e seus orientadores aguçavam. E por fim, detectamos, mediante os resultados da pesquisa, os reais determinantes imbricados no Programa Correios Educando para o Futuro na sua intenção formativa de trabalhadores. Com o percurso de nosso caminho praticamente completo, nos dedicamos a apreciar a paisagem que foi se encerrando sob nosso olhar, pensamentos e sentimentos, os quais nos permitiram apologizar ou sugerir mudanças significativas para a intervenção tanto do Serviço Social como da empresa. Acatamos o compromisso de operacionalizar o Programa, de forma a subsidiar diretamente os que dele participam a reconhecerem-se cidadãos.

CAPÍTULO I

QUEM SURTIU PRIMEIRO? A TEORIA OU A CIDADANIA?

"... haverá quem mude com os ventos
E haverá quem permaneça na pureza
dos rochedos.
No meio de todos eu ouvirei calado e
atento, comovido e risonho
Escutando verdades e mentiras
Mas não dizendo nada
Só a alegria de alguns
compreenderem bastará
Porque tudo aconteceu para que eles
compreendessem
Que as águas mais turvas contêm às
vezes as pérolas mais belas".

Vinícius de Moraes

1.1 – A “história” de construir a cidadania

A construção da cidadania implica um olhar para a história do mundo e para a história dos homens em suas relações. É apenas no mundo das relações humanas, pautadas na igualdade de condições, que a cidadania se faz possível e presente.

Nesse sentido, buscando consolidar nesse trabalho, uma primeira aproximação de sua compreensão, à luz da análise histórica de seu desenvolvimento, é que pretendemos apreender a cidadania tal qual chegou nos dias de hoje. Sendo que, a análise aqui pretendida, certamente não chegará à totalidade de seus recortes teóricos e conceituais. Uma vez que, no decorrer de nossa discussão, tomamos como eixo norteador, o questionamento do trabalho na adolescência enquanto instrumento educativo para a construção da cidadania, obviamente, situando-nos no palco brasileiro.

Deste modo, são muitas as teorias que conceituam a cidadania ao longo da história, no entanto, parecemos ainda distantes do que os teóricos ousaram conceituar. Ao passo que a condição de cidadão veio afirmar que todos os homens fazem parte de uma sociedade comum, que tem suas bases nas relações travadas entre seus membros. Relações estas desiguais, por suas características materiais, sua

repartição de poder, suas distinções de classes, suas apropriações dos meios de produção e de informação de massa, e ainda, por sua participação efetiva no âmbito da sociedade.

Ao falarmos de teoria, tomaremos inicialmente, a teoria clássica de T. H. Marshall – *Citizenship and Social Class* (Cidadania, Classe Social e Status, 1967) – a qual foi edificada e historicamente localizada bem longe daqui, no contexto da realidade europeia, mais precisamente na Inglaterra. A mesma trata sobre o desenvolvimento da cidadania desde a sociedade feudal, até fins do século XIX. Sua teoria embasa até hoje o debate sobre a constituição, ampliação e concretização dos direitos de cidadania.

Ao tomarmos a análise marshalliana como parâmetro inicial, é preciso termos em mente que, ainda na sociedade feudal, os três direitos básicos de cidadania (civis, políticos e sociais), encontravam-se fundidos num só. Ou seja, tudo se fundia nas instituições, as quais salvaguardavam o exercício desses direitos em quatro grupos de instituições públicas:

" (...) os Tribunais de Justiça para a defesa dos direitos civis e para a proteção dos membros da comunidade nacional. Os órgãos representativos para os direitos políticos, como o Parlamento e o Conselho de Governo Local, como canal de acesso à participação na legislação e tomada de decisões públicas. E para a segurança dos direitos sociais estavam os serviços sociais e as escolas" (Andrade, 1987, p.63).

Não existia portanto, no feudalismo, nenhuma espécie de código universal de direitos e deveres aos quais os homens estivessem subordinados na sociedade, em pé de igualdade. As instituições, em sua fusão, é que "decidiam que tipo de justiça os homens poderiam obter e de qual maneira poderiam participar da sociedade" (Marshall, 1967, p. 64).

Somente mais tarde, na ultrapassagem deste sistema feudal, de nítidas exclusões da maioria dos indivíduos/servos do convívio social, vistas como naturais pelos seus senhores, é que a cidadania começou a se consolidar, contudo, ainda restrita aos direitos e deveres locais. A evolução da mesma ocorreu, via fusão dos três direitos, "sua evolução envolveu um processo duplo, de fusão e de separação. A fusão foi geográfica e a separação funcional" (Marshall, 1967, p. 61). Ou melhor, com a extensão para mais pessoas ou grupos por todo o país.

"Quando as instituições das quais os três elementos da cidadania dependiam, se desligaram, tornou-se possível para cada uma seguir seu caminho próprio, (...) as instituições que eram de caráter nacional e especializado não poderiam pertencer tão intimamente à vida dos grupos sociais que elas serviam como aquelas que eram locais ou de caráter geral".(Marshall, 1967, p. 65).

No caso da teoria de Marshall, a cidadania é colocada no seu conceito amplo, de âmbito nacional, ele veio afirmar que, somente a partir do séc. XX, é que seus três direitos básicos se agruparam de fato um no outro. Nesse sentido, sua definição de cidadania é convencional pelo fato de conceber o cidadão como aquele que é “membro integral de uma comunidade, podendo exercer com igualdade o *status* de ter direitos e deveres” (1967, p.76). Sua inovação se deu no fato que tais direitos foram analisados separadamente, à luz do surgimento de cada um à sua época, ainda que, sob o enfoque do princípio de igualdade formal, suplantado pela ideologia liberal hegemonicamente existente naquele contexto.

“(...) quando os três elementos de cidadania se distanciaram um dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente. (...) Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos”. (Marshall, 1967, p. 66).

Respectivamente, em três séculos, os direitos civis (séc. XVIII), os direitos políticos (séc. XIX) e os direitos sociais (séc. XX) se constituíram elementos vinculados ao conceito de cidadania na Idade Moderna. O elemento civil se dá pelos direitos da “liberdade individual, de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à

propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” . Os direitos políticos são os de “participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo” e os direitos sociais, vão desde “o direito a um mínimo de bem estar econômico e de segurança, ao direito de participar por completo, na herança social e a levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (Marshall, 1967, p. 63-64). Após definir essa tripartição dos direitos, Marshall travou sua discussão, tendo como pano de fundo, o impacto da cidadania no sistema de divisão de classes sociais e suas desigualdades. Nesse sentido, a sua contribuição para a nossa compreensão, se dá pelo fato da rede dos diferentes aspectos da cidadania conterem bases institucionais diferentes. No cerne do desenvolvimento da cidadania - na 2ª metade do séc. XVII na Inglaterra, face a face com o crescimento do sistema capitalista - concedê-la acima da clara divisão de classes aí protagonizada, significava que ser cidadão em plenitude ainda não estava ao alcance prático e efetivo de todos os homens. Sobre essa colocação, Barballet (1989, p. 17) analisa Marshall, colocando que:

“(...) a medida que o capitalismo evolui como sistema social e a estrutura de classe se desenvolve dentro dele, também a cidadania moderna passa de um sistema de direitos que nascem das relações de mercado e as apoiam para um sistema de direitos que existem num relacionamento antagônico com os sistemas de mercado e de classe”.

Todavia, a cidadania em desenvolvimento, coincidindo com o firmamento do capitalismo, ia deixando claro a incompatibilidade desses dois sistemas. Reforçamos essa idéia de oposição, citando Andrade (1987, p.87), “a cidadania é uma instituição que tende a um sistema de igualdade, o capitalismo, ao revés, é um sistema de desigualdades” .

Nesse contexto, vale comentar de forma mais detalhada sobre cada um dos três direitos básicos de cidadania compreendidos por Marshall, e sobre sua evolução ao longo da história.

Assim, ao referir-se ao elemento civil, Marshall nos fala do direito à liberdade individual, sendo que começa a emergir a idéia de cidadão livre, fazendo com que esta condição ganhe *status* de cidadania. Como também os direitos civis enquanto substrato da livre escolha, que foram, no âmbito do seu surgimento, indispensáveis à economia de mercado competitivo pautado pelo capitalismo em ascensão naquela época. Por isso, esses “ditos” direitos, não se colocavam inteiramente em confronto com as desigualdades da sociedade capitalista, muito pelo contrário, se faziam de certa forma necessários à manutenção das mesmas.

Segundo Coimbra (1987, p. 83), “na medida em que a nascente economia moderna exigia a liberação de mão-de-obra das amarras da sociedade feudal, permitindo com que indivíduos pudessem movimentar-se no espaço e nas ocupações, os direitos civis teriam emergido materialmente”. Dessa forma, a liberdade individual era cultuada enquanto mola propulsora, em harmonia com o individualismo capitalista. Cada homem detinha o poder de participar independente na livre concorrência econômica, justificando a sua capacidade de se proteger socialmente, sem a intervenção do Estado, bastando para isso, ter um trabalho.

A idéia de Andrade (1987, p. 89) vem fomentar que:

“(...) nesse sentido, o status uniforme de cidadania substitui o antigo status diferencial do Feudalismo, assinalando um novo contrato – O contrato moderno que é essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em status, embora não necessariamente em poder. Dessa forma, enquanto o status de cidadania é nucleado em torno dos direitos civis, transforma-se no arcabouço do desenvolvimento capitalista, (...) tais direitos conferem a capacidade de lutar pelos objetos que o indivíduo gostaria de possuir, mas não garantem a posse de nenhum deles”.

Os direitos políticos, por sua vez, embora no seu surgimento não consistissem na criação de novos direitos, mas sim na ampliação de direitos já existentes a mais pessoas, se expressam no exercício do voto, de poder votar e ser votado, especificando o canal de participação na comunidade. No entanto, sua distribuição ainda não atendia o ideal

de igualdade desejado, pois estava submetida às diferenças econômicas e monopólios de grupos. Mesmo assim, naquela época, significou o poder de exercer um direito que até então era privilégio de poucos (como o voto, por exemplo), afirmando a sua tendência de tornar-se universal. A esse respeito, ocorre a afirmativa que, a igualdade das pessoas perante a lei é o que formalmente garante os direitos de cidadania. Todavia o sistema judiciário envolve-se em contradições: “é importante notar que a lei é genérica somente em relação a classes de indivíduos que ocupam um mesmo lugar social, ou possuem idênticos atributos que ela própria assinala. Assim, nem mesmo em relação aos direitos civis os indivíduos são sujeitos de direito – há restrições em função de idade, sexo, condições biológicas e psicológicas, situação profissional, etc” (Cunha Apud Andrade, 1987, p. 85). A mesma ainda cita como exemplo, o fato de as mulheres não poderem durante muito tempo contratar e exercer seus direitos políticos.

Os direitos políticos de cidadania constituíram, desde o seu desenvolvimento, uma ameaça em potencial ao sistema capitalista, embora a classe operária do final do séc. XIX ainda não representasse ou exercesse o seu poder político efetivo. Mesmo tendo início nessa época, a aceitação do direito a divergir e reivindicar, através da formação de seus sindicatos, proporcionando aos trabalhadores, a possibilidade de elevarem seu *status* econômico e social.

O que se pode verificar é que o processo de democratização via extensão do direito político de sufrágio, resultou na emergência do estado assistencial. Decorrente dessa ampliação, houve a facilitação das reivindicações sociais, estimulando, não por acaso, a intervenção do estado na ordem sócio-econômica, seja para controlar, seja para atender tais reivindicações. A esse respeito, se coloca Bobbio (Apud Andrade, 1987, p. 91):

“(...) quando os titulares dos direitos políticos eram apenas proprietários, era natural que a maior solicitação dirigida ao poder político fosse a de proteger a liberdade de propriedade e dos contratos. A partir do momento em que os direitos políticos foram estendidos aos que nada têm e aos analfabetos, tornou-se igualmente natural que aos governantes, que acima de tudo se proclamavam e num certo sentido eram representantes do povo, passassem a ser pedidos trabalhos, escolas gratuitas e – por que não? – casas populares, tratamentos médicos, etc.”

A cidadania, desse modo, significa que todas as esferas que ela contempla, estejam para todos em pé de igualdade, de condições e acesso na sociedade, esteja no estágio de desenvolvimento que estiver (Coimbra, 1987, p. 85).

Prosseguindo nossa análise na distinção dos direitos sociais, está a velha e aguda luta dos cidadãos pela garantia de uma vida digna. Essa conquista avançou gradativamente através da participação da população nas comunidades locais e associações funcionais (Marshall, 1967, p. 98). Citamos como exemplo a atuação dos operários, que

eclodiu no contrato coletivo de trabalho, colocando em pauta uma série de direitos até então inexistentes e para além dos benefícios salariais. O surgimento do sindicalismo criou uma espécie de cidadania industrial num segundo plano, que veio romper com o individualismo inicial do capitalismo. Ou seja, os direitos civis na esfera coletiva, além de adquirir poder de barganha, passaram a possibilitar a afirmação de direitos básicos sociais. Tanto que, nos primórdios do séc. XX, as reivindicações coletivas por melhores condições de trabalho, pela subordinação dos salários aos padrões de justiça social e pela expressão dessas reivindicações, fizeram com que estas novas possibilidades passassem de mera barganha para uma concreta declaração de direitos.

✎ Embora o desenvolvimento da cidadania analisado por Marshall até o final do séc. XIX, não tenha efetivamente contribuído para a desintegração da desigualdade de classe, tendo feito pouco para erradicá-la, o fato relevante está colocado na projeção para o século XX, do processo que conduziria as políticas igualitárias enquanto direitos sociais. Ao serem incorporados ao *status* de cidadania, resultaram em um direito universal de uma renda não proporcional ao valor de mercado reivindicador. Nesse caso, destacou Marshall (1967, p. 88), “se o objetivo dos direitos sociais constituiu ainda a redução das diferenças de classe, adquiriu um novo sentido. Não é mais a mera tentativa de eliminar o ônus evidente que representa a pobreza nos níveis mais

baixos da sociedade. Assumiu o aspecto de ação, modificando o padrão total da desigualdade social".

Ao exigir um elo comum, um sentimento direto de participação na sociedade, ditou o comprometimento de homens livres com seus direitos e deveres protegidos por uma mesma lei, e o seu desenvolvimento seria estimulado no embate das lutas pela obtenção destes direitos. E na possibilidade de poder usufruí-los mediante sua aquisição.

O fato do conceito de cidadania voltar-se para a igualdade entre os homens, mesmo com suas restrições, contribuiu para enfraquecer o sistema de classes, tido como necessário e natural.

Nesse aspecto, voltando à idéia de incompatibilidade do capitalismo com o desenvolvimento da cidadania, no séc. XX principalmente, esta condição se sustenta ao fato de que, a consolidação da cidadania implica em modificações significativas nos entremeios do sistema, culminando na efetiva incorporação de classes subalternas ao sistema da ordem burguesa. Sendo assim, nas sociedades pautadas nas relações capitalistas – desiguais – a cidadania é contemplada incondicionalmente, via a implementação de seu três direitos básicos.

No debate desta questão, Andrade (1987, p. 94) posiciona-se: "a igualdade formal básica ao discurso da cidadania, tem sido

enriquecida em substância e concretizada em direitos formalmente reconhecidos”. Embora a sua crítica ao discurso da cidadania, formalmente posta enquanto universal e garantida perante a lei, tenha sido formulada com vistas ao Brasil de 1987, um ano antes da tão sonhada democracia; ela remonta o discurso teórico de Marshall, enfocando o questionamento desta “dita” universalidade de direitos. Trazendo à tona a questão da tentativa da sociedade capitalista legitimar a cidadania na sua forma “moderna”, enquanto homogênea e concretizada para todos, bastando para tanto estar incluído na sua rede de direitos. Contudo, para Andrade (1987, p. 95), não acontece exatamente dessa maneira, pois, segundo sua crítica,

“(...) em situações históricas diferentes, a mesma matriz teórica da cidadania engendra tratamento jurídico e práticas sociais substancialmente diversas. E seja qual for sua materialização histórica, o acesso aos direitos de cidadania - sejam civis, políticos ou econômicos-sociais - não se apresentou nunca de forma universal, mas estratificada”.

Nesse sentido, fica claro que a lei, o jurídico como um todo, não podem ser vistos como únicos meios de garantir aos cidadãos o princípio de igualdade, já que se faz genérica na sua aplicação e estratificada enquanto concretização; “o Direito vem estabelecer esta retórica, seja nas Cartas Constitucionais, seja nas Declarações de Direito” (Cunha Apud Andrade, 1987, p. 95). No entanto, os direitos

postos como universais, se diferenciam na sua efetivação de acordo com quem os aplica e para quem é aplicado. A autora continua sua discussão colocando que, existem direitos iguais para cidadãos desiguais e ainda, existem direitos de cidadania desiguais para indivíduos desiguais.

Essa realidade vem a confrontar-se com a “visão liberal” de Marshall, pois a cidadania, ao longo dos séculos, foi se consolidando de forma estratificada e não universal. Na sua tripartição de direitos, perdeu seu caráter unificado e, diríamos, viável. Conclui Cunha (Apud Andrade, 1987, p. 96), “a cidadania, (...) enlaçada a uma ordem jurídica, que em si mesma estabelece desiguais capacidades e, pois, direitos assimétricos, ela reproduz visivelmente a divisão social do trabalho e a articulação contraditória das classes sociais garantidas pelo estado capitalista”.

Nesse caso, a heterogeneidade da cidadania se dá por motivos apontados pela história de seu desenvolvimento. A crescente desigualdade e exclusão de grupos sociais na luta por seus direitos, acentua ainda mais a falta de legitimação desses direitos, enquanto prática conjunta, mesmo possuindo-os legalmente. Andrade (1987, p. 97) nesse sentido, colabora ao dizer que, “se a cidadania legal discrimina, por exemplo, os trabalhadores, as mulheres e os índios, desde o ponto de vista jurídico, estará gerando heterogêneas práticas sociais da cidadania, (...) enquanto postulação ou luta, quer por direitos

de cidadania que legalmente não possuem, quer por novos direitos”.

Isto não quer dizer que devemos desconsiderar o embate da luta de classes, como propulsor da mobilidade e da incorporação de novos direitos ao conceito de cidadania.

Devemos considerar, outrossim, que a conquista dos cidadãos não pode se dar de forma isolada ou por lutas individuais, pois de nada adianta a cidadania civil se não houver a política e a social. A sua construção deve estabelecer um processo contínuo e coletivo. Certamente só a afirmativa de que os direitos sociais devam “garantir um mínimo de bem estar econômico”, não deixa claro quais os padrões desse mínimo. Podemos nos questionar: segundo os padrões de quem? E ainda, o direito político de escolher seus representantes no poder, não consolida verticalmente o direito civil de liberdade individual de escolha, uma vez que, no aparato estatal a manipulação dos cidadãos se dá de forma complexa e burocratizada. Como também, o acesso à participação no processo de formulação das políticas ditas igualitárias é notoriamente vetado aos que dela necessitam. Assim destaca Coimbra (1987, p.85), “quando nos defrontamos com situações onde a política social for pautada por atendimentos diferenciados, por desigualdades de acesso, por desarmonias entre necessidades e coberturas, por estigmatizações, por má qualidade de serviços, então teremos uma política social não de acordo com os princípios da cidadania”.

O discurso da cidadania elucidado por nós até então, tomou a teoria clássica acerca de seu desenvolvimento e focalizou nossa análise nos seus três direitos básicos constituídos, pautando nossa discussão ao aspecto formal da cidadania enquanto a garantia destes. Cabe-nos aqui esclarecer que, para além do discurso formal, colocam-se atributos inerentes aos direitos civis, políticos e sociais, com uma análise de forma mais compatível com a complexidade da sociedade atual.

O discurso contemporâneo da cidadania ultrapassa a “mera constatação da existência - ou inexistência - dos direitos associados à cidadania plena” (Spink, 1994, p. 9). Dito de outro modo, não focaliza apenas a sua efetivação (ou não), dependente da concretização de nossa sociedade democrática que se baseia nos princípios de igualdade/liberdade/fraternidade, fundantes na construção de um país cidadão.

Nessa perspectiva, muitos autores de diversas formações sociais hoje compartilham do pressuposto de que a “sociedade é uma construção social e que a subjetividade é um elemento intrínseco desta formação” (Spink, 1994, p. 9). A mesma autora continua afirmando:

“Desta forma, a cidadania - enquanto fenômeno social concretizado no cotidiano compartilhado - só pode ser entendida na interface indivíduo-sociedade. (...) que tem dimensões amplas e fronteiras nada rígidas, e é, conseqüentemente, domínio de disciplinas mútuas”. (1994, p.10).

Deste modo, a cidadania ao ser discutida atualmente, se desdobra na interrelação das particularidades embutidas em seus direitos. E principalmente, vem questionar o seu princípio ideal de igualdade e universalidade. Seu debate fomenta os constitutivos elementos históricos e determinações estruturais, e a sua rede de subjetividade, enquanto espelho das diferenças culturais e sociais apanhadas em nossa sociedade por exemplo. Para concluir a análise de Spink, (1994, p. 10), “(...) ampliar o conceito para incluir aí não mais apenas os direitos construídos à luz das teorias da igualdade, como também a integração criativa da diferença, da ética e até mesmo, ou sobretudo, da felicidade”.

Sobre essa questão, tomaremos também a contribuição de Nilda Teves Ferreira (1993), que nos inspirou para a elaboração do Capítulo que vem a seguir, pois trouxe a discussão contemporânea da cidadania, problematizando a sua concretização na rede incondicional da educação. A autora esclarece:

“ (...) educar o homem para a cidadania continua sendo, portanto, um problema central, que traz para a arena das discussões a questão dos valores subjacentes a essa formação”. (1993, p. 3).

Nesse sentido, ao analisar a cidadania à luz de sua formação liberal e seus fatores históricos, Ferreira (1993), reflete que, embora o liberalismo, enquanto ideal, não tenha se realizado efetivamente por não ter superado as contradições vigentes na realidade social, é preciso retomá-lo enquanto discussão em confronto com a cidadania; uma vez que faz-se necessário ter clareza de como essas contradições podem levar à formação de uma subjetividade social que possa emergir numa nova cidadania.

“(...) um novo modo de sentir, pensar e agir está em processo. Cabe a nós identificá-lo e reforçá-lo. (...) Pretendemos contribuir para um melhor entendimento (...), da tensão que surge quando se pensa ser possível incorporar à nossa sociedade um ‘modelo’ de cidadania que representa uma categoria historicamente construído na realidade européia. Afinal, forjou-se aqui um imaginário social que reflete, sob vários aspectos, a nossa própria formação social”. (Ferreira, 1993, p. 3).

Se muitos de nossos ideários sociais estão calcados sobre modelos importados que visam interpretar e atuar em nossa realidade nacional, com a questão da cidadania e sua dimensão educativa não é diferente. Sem querermos adentrar com mais profundidade nesta por vias mais audaciosas que não a da sua rede de direitos formalmente postos, apenas colocamos aqui nossa preocupação em perceber que, para além do discurso moderno e inovador da cidadania, sentimo-nos ainda aquém do entendimento concreto dos cidadãos sobre a infinidade

de possibilidades embutidas nessa sua condição. Como também, do próprio e básico respeito por parte dos aparelhos destinados à sua proteção.

É pois, com esta reflexão que pretendemos nos reportar à próxima discussão, situando-nos no palco brasileiro para tentarmos compreender se os direitos básicos de cidadania, outrora teorizados por Marshall, estão sendo alcançados pelos cidadãos no cotidiano de suas lutas, pela efetivação das políticas sociais, asseguradas legalmente na chamada democracia da Constituição Federal de 1988.

1.2 – Era uma vez um país sem cidadãos

No caso do Brasil, desde a época da República em 1889, em que as origens oligárquicas e autoritárias desse modelo se alastraram pelo país, numa anti-democracia, onde a participação do homem na sociedade era indireta - apenas se manifestando através do voto - não universal, mas devidamente limitada ao alcance da cidadania ativa. A partir daí, com a decisão da Comissão Constitucional de 1891, receberam o direito de votar e serem votados, os brasileiros que fossem:

“(...) do sexo masculino, maior de 21 anos, alfabetizados e que não se encontrem na condição de mendigos, praças de pré - executando-se os alunos da escola militar de ensino superior - ou religiosos de ordem monásticas, companhias, congregações de qualquer denominação, sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual”. (Quirino e Montes Apud Moisés, 1990: 11).

Sendo assim, a nítida exclusão de categorias do privilegiado mundo dos cidadãos, se constituiu em restrições à participação popular na origem da República, estreando um modelo de relação autoritária entre a sociedade e o Estado, que acabou fazendo parte do recém inaugurado sistema político. Esse sistema, fez com que obtivéssemos através dos tempos, um sistema castrador e atrelado que foi naturalmente se modificando a cada nova Constituição, e ao longo

desses cem anos as mudanças deram-se paulatinamente. Ao chegarmos na Constituição Federal de 1988, em vigor, percebemos a tentativa dos constituintes de atingir a causa do problema: “o sistema representativo do país, incluindo mecanismos de participação popular direta na nova ordem jurídico-política (referendo, plebiscito, iniciativa legislativa e outros), é como se os constituintes tivessem decidido pôr o dedo em uma velha ferida” (Moisés, 1990, p.12). Na efervescência dos ditos tempos democráticos (de 1985 a 1988), se buscou dar à nova Constituição um caráter seguro quanto a possibilidade de os interesses públicos estarem acima dos privados no novo regime. Essa milagrosa fórmula, combinaria elementos da democracia direta e indireta, logo no seu Artigo 1º - Parágrafo Único, coloca os novos fundamentos da participação do povo na vida pública, preconizando: **“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”**.

Ao tomarmos a Constituição para análise, faz-se necessário comentar que, no Título II, o qual se nomeia por “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, em seus Capítulos I, II e IV, respectivamente estão colocados os princípios Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (civis), Dos Direitos Sociais e Dos Direitos Políticos. Neste caso, não querendo retomar a análise marshalliana, no que pese à tripartição dos direitos, levantaremos alguns questionamentos acerca de

cada um, segundo o que está posto na Constituição, em confronto com o que é posto na realidade da vida dos cidadãos.

(A cidadania, em nossa Constituição, está colocada como um dos principais fundamentos que regem seus Princípios Fundamentais, o que vem a revigorar e legitimar nossa discussão em pauta. Para tanto, entendendo-a como permeadora dos demais Capítulos que regem a Carta Constitucional, tomemos o Art. 5º - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que prescreve, “Todos os homens são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”). Nesse caso, como afirma Dimenstein (1995, p. 8), sobre a chamada “cidadania de papel”, esta igualdade dos homens e de seu inviolável direito à vida e suas demais inter-relações, está visivelmente longe do concreto, quando diz que, “a descoberta das engrenagens é a descoberta do desemprego, da falta da escola, da inflação, da migração, da desnutrição, do desrespeito sistemático aos direitos humanos. Com essa comparação, vamos observar como é a cidadania brasileira, que é garantida nos papéis, mas não existe de verdade. É a cidadania de papel”. Dessa forma, a legalidade da igualdade dos homens é posta em cheque diariamente pelos indicadores da questão social. O discurso de Andrade (1987, p. 100) vem reforçar essa questão, quando coloca:

“(...) através do discurso nivelador e igualitário da cidadania, enunciado pelo estado capitalista, gera-se um espaço discursivo apto a veicular as contradições sociais, pois a luta política (de classes e grupos) entreabre, a cada momento, a possibilidade de enunciações diversas pelos sujeitos sociais e políticos, discriminados ou excluídos do discurso que a reconhece, as quais tem sido significativamente condensadas no tema relativo à luta pela conquista e ampliação da cidadania”.

Especialmente quando se trata dos cidadãos excluídos de seus direitos, negando o que é afirmado acima, a dominação do sistema capitalista se dá sutilmente, pelas próprias relações com a lei que o regulamenta. Ou seja, a liberdade e a igualdade imbricada nos direitos civis, não equaciona os indivíduos na sua condição de envolvidos em vidas desiguais, e o sistema de classes torna-se nivelador dessa capacidade de homem livre e igual. Ao ignorar-se as reais condições materiais de produção e existência dos indivíduos, passa-se “por cima” do próprio fundamento da cidadania aí imbricado, pois, tais princípios são desvirtuados em função de fatores como a própria “venda” da sua força de trabalho e a sua posição desigual de classe, por exemplo. Como bem cita Andrade (1987, p. 104), ao tomar a fala de Mialle em sua tese, vindo ao encontro de nossa reflexão, no sentido de entender o sujeito de direito, como sujeito de direitos virtuais:

“(...) perfeitamente abstratos: animado pela sua vontade , ele tem a possibilidade, a liberdade de se obrigar, designadamente de vender a sua força de trabalho a um sujeito de direito. Mas este ato não é uma renúncia a existir, como se ele entrasse na escravidão; é um ato livre, que ele pode revogar em determinadas circunstâncias. Só uma pessoa pode ser a sede de uma atitude destas. A noção de sujeito de direito é, pois, absolutamente indispensável ao funcionamento de modo de produção capitalista. A troca de mercadorias, exprime, na realidade, uma relação social – a relação de proprietários da força de trabalho – vai ser escondida por “relações livres e iguais”, provindas aparentemente apenas da vontade de indivíduos independentes”.

Nesse sentido, se a condição para ser cidadão é que antes de tudo, compreenda-se o poder e a capacidade para o exercício dessa condição, faz-se necessário, ampliar nosso campo de visão para a sociedade, atualmente posta como espaço de ação. A partir desse pressuposto, as necessidades sociais devem ser atendidas de acordo com os princípios da cidadania. Dito de outro modo, a sua esfera civil não pode apenas servir ao capitalismo para ampliar o seu campo concorrencial e competitivo. Sendo assim, o plano ideológico dos implementadores da lei, visa fazer uso da igualdade e liberdade dos sujeitos de direitos enquanto mediadoras para justificar a apropriação autoritária da força de trabalho. Este ideal vem, sem dúvida, “casar” com as políticas neoliberais que atualmente vem infiltrando diretamente o plano social. Por outro lado, mesmo podendo ainda afirmar que a liberdade de ir e vir, de contrair contratos válidos e de igualdade perante a lei, vem significar que os direitos do indivíduo passam a ser

apresentados enquanto uma referência de reconhecimento de sua capacidade de articulação com o meio social.

Não há como negar que, quando os indivíduos fazem uso de sua liberdade para aglutinarem suas necessidades em lutas ou movimentos comuns, o aspecto individual se alarga para o que poderíamos chamar de sociedade civil. E a sociedade civil, se assim fosse compreendida pelos que a compõe, poderia se transformar num concreto espaço de discussão, de troca e de desenvolvimento do senso crítico. Em relação a esse aspecto, Gramsci (Apud Simionatto, 1995, p. 28) afirmou,

“(...) toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de idéias através de agregados de homens antes refratários e unicamente preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político para si mesmos sem ligações de solidariedade com os outros que se encontravam nas mesmas condições”.

O fato é que, está aí o próprio espaço da democracia, de fazer jus ao poder de liberdade de mobilização. Se este espaço se dá principalmente na esfera política, há que se questionar as chamadas instituições de representação política quanto às suas limitações definidas ainda no regime autoritário, como forma de amenizar e frear o poder de reivindicação da população. Mesmo havendo grupos que estão representando o povo no poder atualmente, e mesmo estes serem mais

abertos e comprometidos com suas lutas sociais, ainda assim a linha autoritária do período da ditadura (1964-1985) se faz presente na aprovação, reformas e medidas provisórias que incidem em determinados acordos em prol de melhorias para a sociedade.

Efetivamente, mudou-se o regime, mas os resquícios da ditadura se mantêm mediante figuras políticas que estão no Congresso, representantes em potencial dos governos militares ou ligados às oligarquias políticas. Estes, cerceiam claramente as tentativas de ampliação dos direitos sociais e políticos, omitindo-se diante das apropriações e violações dos mesmos. Observa-se pois, a convivência em pleno regime democrático, com práticas autoritárias, impedindo o acesso dos cidadãos aos seus direitos e submetendo-os aos interesses de pequenos grupos que compõe o Governo.

Desta forma, é notório que os direitos políticos é que permeiam com mais proximidade as condições de vida da população, sem no entanto, deixar de lado o fato de que, se os direitos econômicos e sociais não estiverem devidamente assegurados, a efetividade dos direitos políticos separadamente, não é capaz de implementar a consolidação da democracia. (A democracia é condição básica para a realização da cidadania.) Quanto a isso, coloca Dimenstein (1996, p. 22), “o que é urgente não é apenas a extensão da já existente democracia política para novas áreas sociais e econômicas, mas reformas

substantivas para remover obstáculos sociais e econômicos que impedem a própria cidadania”.

Ao retomarmos a Constituição Federal para embasar as colocações feitas acima, encontraremos em seu Capítulo IV – Dos Direitos Políticos, a seguinte afirmação em seu Art. 14: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei”. Sendo assim, a construção cotidiana e comum dos cidadãos, da sua compreensão acerca da amplitude do termo cidadania, se dá invariavelmente a nível de consciência de que a aquisição, fruição e manutenção dos seus direitos e deveres, estão no exercício de seu poder de participação, e em todas as questões que dizem respeito ao seu convívio. Como também, os cidadãos precisam estar cientes de que tudo o que acontece a sua volta, no mundo, na sua comunidade, na sua rua, lhes diz respeito de alguma forma, necessitando de uma postura participativa e crítica, no sentido de tomada de decisões.) Exige-se uma posição com aguçada consciência ética, para não deixar que as coisas lhe aconteçam ou aos seus semelhantes, como se estivesse determinado em algum plano superior.

(O exercício da cidadania deve ser construído nas relações humanas em todas as suas esferas, e desde cedo, na formação, no desenvolvimento de uma personalidade atenta e esclarecida sobre as

contradições existentes no plano social. A idéia de cidadãos ativos percebe-se em homens que sabem fazer uso de sua voz e do seu poder de proposição e pressão diante dos canais abertos a esta possibilidade. Esses homens devem buscar seus direitos através dos conselhos comunitários e da câmara municipal, por intermédio da cobrança coletiva das melhorias prometidas por aquele sujeito que ousou representá-lo no poder político.

No alargamento desses canais, que só se dá pela contínua e expressiva participação popular, é que o Estado se vê pressionado a reconhecer a dinâmica das lutas sociais contra o autoritarismo que ainda paira sobre a democracia. E por esta via se faz possível abrir melhores condições para que os cidadãos e os movimentos da sociedade civil façam ressonar suas denúncias e descontentamento. Ou seja, aprimorando a mobilização e pressionando os governantes por mudanças, é que se firma o compromisso do Governo salvaguardado na Constituição.

“(...) o anseio por justiça social, após décadas de desenvolvimento autoritário, excludente e concentrador, é a marca política concreta de um novo Brasil, democrático, desenvolvido e civilizado. Este compromisso com a realização social de uma cidadania ativa e uma sociedade humanizada expressa-se de várias formas: erradicação da miséria, redistribuição dos frutos do progresso, desconcentração da renda e democracia social”. (Abranches, 1987, p. 7).

O poder de escolha através do voto é, sem dúvida, um canal

aberto aos cidadãos enquanto uma das dimensões de sua atuação política, embora seja necessário questionar o quanto a cultura política de nosso povo é fragmentada. Uma vez que os valores correspondentes à política foram engendrados num sistema autoritário e duvidoso, vindo de certa forma, a justificar o crescente desinteresse e descrédito da população para com os seus representantes, ao anunciar e assegurar os direitos civis de escolha, é que se ampliou os direitos políticos rumo à sua universalização. Quanto a isso, O'Donnell (Apud Andrade, 1987, p. 111), vem ratificar:

“(...) quem deve aparecer abstratamente igual para contratar tende a aparecer abstratamente igual para constituir o poder político: o sujeito livre no mercado intercedido pelo capital – dinheiro – é a correspondência exata do eleitor”.

Desta forma, a conquista do direito do voto, mesmo em suas limitações, é resultado de uma luta conflituosa no interior do estado capitalista, o que veio a dar base para a extensão da cidadania política, mesmo sendo esta “democraticamente” representativa. Se todo poder emana do povo, há que se questionar em que espaços pode se confirmar a velha retórica de que somente um povo devidamente “educado”, nos preceitos emancipatórios da cidadania, pode fazer uso do verdadeiro poder do qual emanam as decisões e a consciência crítica para com os engodos freqüentemente empurrados “garganta abaixo”

pelo Governo.

Apesar dessas colocações não serem novas e de já terem sido contempladas com outras palavras em outros contextos, ainda se fazem consistentes e esperançosas na análise do processo de construção da cidadania via atitudes simples e aparentemente pequenas. Se voltarmos na história brasileira, no seu percurso em busca da democracia, veremos que em outras décadas, não muito distantes desta, os espaços de mobilização popular eram vetados a ferro e fogo pela repressão, a participação política era nitidamente limitada.

Hoje o Estado é chamado a se mover, de maneira mais dinâmica e efetiva, através de políticas sociais voltadas às necessidades da população. Neste caso, a evolução das mesmas esteve lado a lado com a concepção de direitos sociais, os quais estão colocados em nossa Constituição, em seu Capítulo II, onde o Art. 6º esclarece: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma desta Constituição”. Chegamos aí no suporte frontal do mínimo de bem-estar, que remotamente Marshall entendeu por direitos sociais. E entendemos aqui que, ao exercer seu direito político, seja via voto ou como participante direto nos espaços públicos, os indivíduos passaram a voltar a sua atenção para a possibilidade de reivindicarem. Ou seja, a cidadania só veio a incorporar

os direitos sociais, à medida que a urgência da criação de políticas sociais se fez presente. O que segundo Demo (1994, p. 9), só aconteceu a partir de quando a questão social se expressou enquanto desigualdade e passou a ser vista como um problema:

“(...) as desigualdades sociais perfazem a própria dinâmica histórica em termos de resistência e necessidade de mudança. Do ponto de vista do grupo dominante, política social tenderá a ser tática de desmobilização e controle, enquanto do ponto de vista dos desiguais, assoma como contraposição. Todavia, se os desiguais chegarem ao poder, poderão reduzir consideravelmente as discriminações, mas continuará havendo suficiente desigualdade para ressurgir a necessidade de mudança”.

Concordando com estas colocações, também Abranches (1987, p. 10) destaca o caráter de conflito, oposição e contradição de interesses que permeiam a política: “política social é parte, precisamente do processo estatal de alocação e distribuição de valores, (...) reflete, assim, a direção política das relações econômicas, (...) recursos para a provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas visando alcançar um certo patamar de equidade”.

Essa alocação e distribuição de valores, está submetida a uma história de ambigüidade, como é o caso brasileiro, em que a formulação das políticas está permeada de interesses de pequenos grupos, ou através do acesso discriminatório aos recursos e serviços sociais, o que veio reforçar o caráter excludente e seletivo do investimento estatal

nesta área. Como nos recorda Yasbek (1995, p. 35), “no caso brasileiro, as políticas sociais têm-se caracterizado pela subordinação a interesses econômicos e políticos. São atravessadas pela matriz conservadora oligárquica, que emoldura politicamente a história econômica e social do país. São relações atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo”.

A partir desse pressuposto, levando-se em consideração o agravamento da questão social, mediante o aumento da pauperização do povo brasileiro, cada vez mais, observamos crescer a demanda pela efetivação das políticas sociais. E esse crescimento vem sendo marcado por uma dependência sintomática, muitos dos cidadãos têm nos serviços e recursos sociais a sua alternativa de subsistência.

Essa dependência, entretanto, é estrategicamente usada pelos aparelhos estatais, muitas vezes para reforçar a sua condição clientelista e de favor, distanciando os que fazem uso das políticas sociais da compreensão das mesmas enquanto direito e fazendo com que o povo adquira um sentimento de lealdade àqueles que estão lhe prestando esta “benevolente” ajuda. É a partir desse ponto, que se perpetua a manipulação através do poder e se elegem figuras representativas que fazem uso da dominação como instrumento do poder político. Neste caso, além dessas práticas de clientelismo virem a identificar as relações com os indivíduos que da proteção social

necessitam, se observa que, mesmo não tendo suas necessidades imediatamente atendidas, a adesão e subordinação da população aos benfeitores da mesma, se faz evidente. Nesse sentido, Yasbek vem discutir a questão da política social, sobre sua subordinação aos interesses econômicos, enquanto geradores do perfil da desigualdade e, em última análise, enquanto culpados por esta subordinação não se alterar na dinâmica geral da sociedade brasileira. Ainda, continua sustentando que,

“(...) para as ações de enfrentamento da pobreza brasileira que aparecem sob a denominação de Assistência Social, o quadro é ainda mais grave. Percebida enquanto benevolência paliativa, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas, não é sequer apreendida como Política Social, apresentando-se sem efetividade diante de seu objetivo”. (Yasbeck, 1995, p. 36).

Nesse processo de desmonte e despolitização das políticas sociais, de sua descaracterização enquanto direitos, está a investida do Governo por meio das reformas neoliberais, que vêm sendo implantadas desde o governo Collor, porém, com maior ênfase, no atual de Fernando Henrique Cardoso, as quais legitimam o mercado livre, como capaz de dar conta da demanda social. Ou seja, ao retirar do Estado sua função social de implementar políticas sociais que protegem os homens desfavorecidos e excluídos dos padrões mínimos de subsistência, a cidadania fica restrita à ótica do consumo.

Quanto aos limites do poder do Estado, Bobbio (1994, p. 19) vem esclarecer que o significado dessa limitação pode compreender dois aspectos distintos: a) os limites dos poderes e b) os limites das funções do Estado:

“(...) a doutrina liberal compreende a ambos, embora possam eles ser tratados separadamente, um excluindo o outro. O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes, quanto às suas funções, (...)deve-se então, dizer que o Estado liberal se afirma na luta contra o Estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra o Estado máximo em defesa do Estado mínimo”.

Se esta configuração do Estado mínimo, deixa seus cidadãos à mercê de um mercado livre, pode-se considerar que o homem que estiver formalmente empregado e “protegido” socialmente por seu emprego, recebendo um salário capaz de provê-lo com dignidade nas suas necessidades básicas de saúde, educação, lazer, moradia, segurança e alimentação, este sim pode considerar-se cidadão, pois, pode “comprar” o acesso à cidadania, através da sua posição profissional, sua colocação no mercado de trabalho.

No que tange principalmente à questão do trabalho, em nossa “cidadania democrática”, a realidade vai no sentido de fazer uma junção entre a categoria trabalhador com a de cidadão, pois a questão posta está na limitação institucional ao mercado de trabalho.

A esse respeito, tomaremos Robert Castel (1996) para melhor

embasarmos nossa compreensão. O mesmo vem discutir a questão social no quadro neoliberal, a partir da configuração da sociedade, como sendo uma sociedade salarial. Ou melhor, Castel (1996, p. 2) coloca que a nova questão social posta hoje, se dá na função integradora do trabalho e, no questionamento dessa função que hoje passa por “uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito”.

Nesse caso, a cidadania industrial também falada por Marshall, acaba tendo lugar garantido na pauta de discussões, quando vem propor que as leis trabalhistas, como a própria Constituição, venham referendar as relações de emprego. Como também, a legislação da estabilidade e do direito ao trabalho, sejam o comprometimento jurídico do direito à participação nos processos de negociação, através dos sindicatos ou de suas categorias. O trabalho está efetivamente vinculado à cidadania, uma vez que os trabalhadores ao assim se constituírem, tem participação garantida nos sistemas culturais e políticos de uma nação, influenciando concretamente em transformações favoráveis a eles neste espaço.

Ainda, segundo Castel, esse vínculo do trabalho à cidadania,

se dá via sua proteção, vindo assegurar uma estabilidade ao conjunto social. Nesse sentido a sociedade vem sofrer com a mudança da estrutura nas relações de emprego, seja pelo processo de sua precarização, ou no sentido de sua remercantilização. Ele continua questionando, “Porque o que é antes de tudo um assalariado? É alguém que não tem nada, que não tem propriedade, que tem apenas a força de seus braços para vender” (1996, p. 5).

* A condição dos assalariados modificou-se com o desenvolvimento industrial e a urbanização, no sentido de que, é a partir daí que os trabalhadores além de tirarem sua renda, alcançam também seu *status*, sua proteção e sua identidade social.

“(...)Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, (...)porque antes do estabelecimento dessa sociedade, (...)ser protegido era ter bens; somente quando se era proprietário é que se estava garantido contra os principais riscos da existência social”. (Castel, 1996, p. 6).

Por este motivo, o trabalho sendo protegido socialmente, é que configurou o seu *status* na sociedade salarial. Embora isto não signifique que a regulamentação dos salários tenha favorecido a igualdade. Atualmente o paradoxo que se coloca é a nova configuração do mercado de trabalho e do nível de emprego em confronto com a crescente demanda por aquisição e o domínio de novas técnicas que incrementam o modo de trabalhar, de exercer as atividades. Esta

mudança, vem sendo incrementada pelo processo de Globalização, o qual está impondo transformações na sociedade, seja na área econômica – o que incide diretamente no mercado de trabalho – seja nas novas maneiras de exercer este trabalho.

Neste caso a qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores se transforma no ponto crucial desse paradoxo: “são segregados desta aldeia global, regiões, comunidades, produtos, produtores e contingentes diversos de trabalhadores. Assim, o globo se alarga imprimindo em todo o lugar, através da mercadoria, a mesma matriz civilizatória; se estreita, segregando contingentes sociais cada vez mais amplos do acesso à cidadania” (Santos, 1996, p. 6).

No modismo da Globalização, a questão que se coloca enquanto mediadora dessa aquisição por novas técnicas e maneiras de trabalhar, reside inegavelmente na aquisição primária da própria educação. Solução essa, nevrálgica no que tange à falta de investimentos do Governo nessa área, que por sua vez volta suas prioridades a outros interesses. Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1996, p. 23), se confirma esta colocação:

“(...) A Globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas (grifo nosso!) no plano nacional e no de ações extremas. Isso, porém, não nos leva a desconhecer que uma das mais importantes missões da ação política contemporânea é a de assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores, pois o ganho econômico só tem sentido se trouxer maior bem-estar para os cidadãos. A partir desse pressuposto, devemos encontrar os meios e instrumentos para integrar nossos países nos novos padrões de produtividade e competitividade, única forma de obter o necessário crescimento econômico sustentável numa economia globalizada”.

Nesse sentido, confrontando a eloquência, do Presidente, com a educação escolar adquirida nos moldes institucionais, que se torna vetor de mão única para garantir espaço nesse quadro de novas exigências criativas e autônomas, estando aí, mais uma contradição aos ideais da cidadania. Esta condição está além do mau e precário ensino destinado aos homens pobres, acima da informalidade onde estão “empregados” e ainda, da falta de propostas pedagógicas que implementem o ensino a ponto de se igualar às exigências destas novas transformações. (Zaluar, 1994, p.202). Porém, colocando a questão da qualificação como uma das saídas aos trabalhadores que hoje estão por um fio, mediante as constantes ameaças de desemprego, verdadeiras doutrinas vem se disseminando, sem contudo, precisar as suas devidas possibilidades de concretização de forma eqüitativa a todos os cidadãos. Tomemos como exemplo, o discurso de Simon Franco (1996, p. 8), que na sua função de “caçador de executivos”, reforça o ideário neoliberal e

despolitizador da questão social no que tange ao acesso de todos os indivíduos a uma educação com qualidade:

“(...) não pare de estudar. Foi-se a época em que dedicávamos uma parte da vida ao estudo e dali em diante só ao trabalho. (...) Não é à toa que a maior parte dos executivos brasileiros e estrangeiros tem pelo menos mestrado, quando não doutorado. O estudo traz um ganho adicional através dos relacionamentos que se formam no mundo acadêmico, normalmente freqüentado por pessoas mais determinadas e interessadas que a maioria, e que virão a ocupar boas posições no mercado”.

Isto parece a mais pura demagogia, uma vez que, o Estado não garante o alcance da educação como prioridade às crianças brasileiras. O que alimenta esse caldo, é a viciosa mania de se colocar o ideal de desenvolvimento econômico acima da real possibilidade de acesso a ele. Ou seja, a cidadania para efetivar-se sobre os moldes capitalistas, coloca-se como anteparo dos vértices e projéteis fins do mesmo, a sua concretização se fundamenta nas garantias de direitos por parte do Estado, o qual é o único capaz de compartilhar as rédeas deste desenfreado modelo econômico excludente. Suas obrigações para com a nação, só poderão exercer seu poder de autenticidade, desmantelando suas amarras ao mercado, que visa como fim o enriquecimento e o lucro de poucos em detrimento da maioria da população.

Abranches (Apud Zaluar, 1994, p. 26), afirma:

“ (...)o Estado passa a interferir no mercado através de política social. Esta existe pra compensar aqueles que, em virtude de sua idade, estado de saúde, situação de trabalho, nível de qualificação e escolaridade precisam de apoio para não serem lesados continuamente na competição característica das relações no mercado”.

Nesse contexto, o ponto de convergência entre a sociedade democrática e as políticas sociais está na cidadania, além dos ditames neoliberais, mas junto do aparato estatal, que foi consolidado em tempo lento, pela luta cotidiana e comum de cada cidadão.

Hoje, diante do quadro caótico dos Movimentos dos “Sem”: Sem Terra, Sem Emprego, Sem Teto, Sem Escola, Sem Comida, enfim; sem o respeito das autoridades por suas lutas, reforça que a cidadania assegurada na Constituição é a verdadeira “cidadania de papel” . O retorno à organização democrática da sociedade, seja via voto, partidos, liberdade “coerente” de imprensa ou movimentos sociais, abriu condições para uma luta mais sólida da sociedade por um estado de direitos, porém, não basta termos uma democracia ou cidadania formais sem que estejam comprometidas e adequadas às reais reivindicações e situações de privação a que são submetidos a maioria dos cidadãos. Na lógica do consumo, a amplitude e a concretização da cidadania se dá de forma parcializada quando estamos enquadrados em algumas

possibilidades e privados de outras. Sendo assim, podemos parafrasear

Héctor R. Leis (199-, p. 58):

“(...) essa associação entre a defesa do mundo da vida e os movimentos da sociedade civil requer para seu bom desempenho que se instituam espaços permanentes para a comunicação ativa. Nesse sentido, a comunicação deve ser libertada o máximo possível dos processos administrativos e econômicos para que ela possa assim ser capaz de compatibilizar a lógica instrumental do sistema com a dinâmica da solidariedade que prevalece no mundo da vida”

Esta colocação, vem de encontro à lógica democrática e, por outro lado, se confronta à realidade brasileira ao observarmos que, quando o salário mínimo de um país desvaloriza seus trabalhadores e legitima tal realidade pela justificativa da desqualificação da mão-de-obra ser o juízo de valor da mesma, mesmo não assegurando como prioridade a educação como mediadora dessa emancipação, como também, uma política geradora de emprego efetiva, isto sim é demagogia, isto sim é negação da cidadania. De acordo com Dimenstein (1996, p.22):

“(...) o Brasil oferece o paradoxo de estar hoje ao mesmo tempo no que poderia ser o melhor dos mundos e também o pior: o país é hoje a décima maior economia mundial com um Produto Interno Bruto (PIB) de 141,1 bilhões de dólares, em 1991”.

Desse modo, os que estão alheios e espoliados a distribuição de renda de forma compatível e eqüitativa, portanto, submetidos a se

reerguerem por seus próprios meios, certamente demonstrariam alguma resistência em dar crédito à cidadania que lhes é de direito, pois não se reconhecem como sendo capazes de conceber-se como ser dotado de "poderes" participativos ou reivindicatórios. No cerne dessa desinformação está a alienação e a falta de indignação mediante as práticas ilegais de muitos políticos, nas interfaces do Estado - os quais por seu arbítrio usam de seus pequenos e próprios interesses acima da população que os elegeu. Quanto aquela parcela da população que embora seja pequena, ainda tenha um mínimo acesso às instituições de ensino como escolas públicas de qualidade e Universidades públicas, esta que incipientemente sabe galgar pelos aparelhos e serviços sociais que são de direitos de todos, também parece estar deitada sobre uma cama de apatia fecunda, caindo como uma luva à doutrina exclusivista e individualista do "gente que faz..." desse sistema capitalista agora travestido de neoliberal.

Se como diz a música de Caetano, "ninguém, ninguém é cidadão", e se o sistema capitalista inegavelmente não se configura num solo fértil para o reverso desses versos, resta-nos acreditar nas mudanças e investir para que elas aconteçam.

Se todo poder deve emanar do povo, como postula o texto de nossa Constituição, que segundo Pinheiro (Apud Dimenstein, 1996, p. 7), "foi promulgada, como a carta de direitos mais precisa e abrangente

em toda a história política do país", os cidadãos em seu sistema de classes deixam de ser cidadãos e passam a ser o poder de uma classe subjugando outra. Nessa ciranda excludente de desfavorecimento, o que deve voltar a emanar antes de tudo, é o sentido de indignação frente à degradação dos homens/cidadãos, frente à despolitização dos movimentos sociais de expressão, que são tratados pelo Governo e reforçados pela mídia, enquanto caso de polícia.

A luta pela afirmação efetiva dos direitos civis, políticos e sociais, não deve ser encarada como uma opcional na vida pública, quando estão firmados na igualdade, portanto na possibilidade de ser uma luta de homens iguais. A luta pela cidadania começou desde que o servo reconheceu que o seu senhor era tão igual quanto ele enquanto pessoa humana, desde as grandes revoluções mundo afora, desde a resistência à ditadura da brava gente brasileira, desde o Movimento pela Ética na Política que culminou no impeachment de Collor em 1992, desde o Movimento pela Reforma Agrária do MST, até a Constituição Federal de 1988, quando resguardou ao Brasil o direito de acreditar nas mudanças.

Ora, façamos jus à beleza desta palavra: CIDADANIA! Deveria ser a primeira a nos ensinar pela alfabetização, intermediando os seus alcances e relações com o ainda pequeno cotidiano familiar das crianças. Deveríamos aprender nas salas de aula, no primeiro ano do

colégio, entre todas as novidades da infância, a soletrarmos de trás para a frente, de cima para baixo: EU SOU UM CI-DA-DÃO!!! Se como já foi dito, que os direitos dos cidadãos só podem se tornar uma realidade para aqueles que acreditam e conhecem sua autenticidade, o seu conteúdo, a sua viabilização e o seu poder de transformação, é preciso aprendê-la antes de tudo, para sermos seres sociais e integrais cidadãos. Aprender ao longo dos anos escolares, como dar crédito à autenticidade desta liberdade igualitária de direitos, no estabelecimento de nossos primeiros contatos sociais, nossas primeiras relações de amizade, solidariedade e descobertas, para aprendermos nossa responsabilidade igualitária de deveres. Só assim, a capacidade para o seu exercício se construirá nas suas bases reais e coletivas, pois pouco importa sabermos individualmente que se é cidadão, se não houver clareza de como movimentar-se nos espaços a ocupar na comunidade da cidadania à qual pertencemos como membro. A educação associada à dignidade na vida dos homens perante suas outras necessidades, é a janela que indiscutivelmente pode ser aberta ao entendimento do que é construí-la de fato, pois, embora se defenda a cidadania, muito pouco se sabe sobre ela na sua amplitude.

A questão da educação para e pela cidadania se torna imprescindível na sua análise, sendo que, reservaremos o próximo capítulo para as suas devidas relações. O que nos cabe introduzir aqui é

o distanciamento que nos é imposto taticamente pelos aparelhos do Estado (a própria escola), na construção de nossa identidade de cidadãos.

CAPÍTULO II

POSSIBILIDADES: EDUCAR PARA A CIDADANIA? ATRAVÉS DA TEORIA OU DA PROSA DO DIA-A-DIA?

"... a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante, que não está adaptada ao homem concreto a que se destina.

(...) O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor.

(...) Porque o amor é um ato de coragem, não de medo, ele é compromisso para com os homens".

Paulo Freire

2.1 - O adolescente cidadão aprendendo a trabalhar sobre os pilares dos direitos e deveres: em teoria!

Ao aproximarmos essa análise do debate “educar para a cidadania”, enquanto projeto fomentador de um dos acessos da população à emancipação, particularizaremos a via do trabalho na adolescência.

Primeiramente esclareceremos os conceitos de trabalho e educação, os quais pretendemos defender enquanto viáveis para a discussão da temática deste trabalho.

O trabalho é a via de produção e reprodução da vida humana, sendo que é através dele que o homem se reconhece e se distingue como um ser social. Segundo Marx (Apud Antunes, 1995, p. 123), o significado do trabalho está como “ (...) criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. De acordo com a colocação de Marx, o trabalho é a via de acesso ao processo de humanização do homem enquanto ser social, no entanto, a sociedade capitalista deu um outro sentido ao trabalho, degradante e convertido enquanto meio de

subsistência. A mão-de-obra por sua vez, tornou-se uma mera mercadoria, enquanto, parafraseando Antunes (1995, p. 124), “(...) deveria ser a forma humana de realização do indivíduo”. O autor continua sua análise refletindo que com a precariedade e a perversidade do trabalho na sociedade capitalista, este torna-se meio e não uma necessidade prioritária para a realização humana.

A educação ao nosso ver, indiferente do significado do trabalho, deve estar comprometida com o pensamento crítico e a procura pela humanização dos homens. Tomaremos Roberto Freire (1979, p. 81), para embasar o conceito de educação que pretendemos defender ao longo de nossa discussão, o autor coloca:

“ A educação crítica considera os homens como seres em devir, como seres inacabados, incompletos em uma realidade igualmente inacabada e juntamente com ela. (...) O caráter inacabado dos homens e o caráter evolutivo da realidade exigem que a educação seja uma atividade contínua. A educação é, deste modo, continuamente refeita pela práxis (...)”.

Dessa forma, a educação deve estar constantemente problematizando a criatividade e estimulando uma ação e reflexão que espelhem a realidade tal qual ela é, nessa perspectiva, a educação deve reconhecer o homem como sujeito de sua história. Ainda segundo Freire (1979, p. 81), a educação crítica está pautada numa revolução, “(...) ela afirma que os homens são seres que se superam, que vão para a frente

e que olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal, para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria”. A educação assim pensada, não pode servir ao opressor, aos dominantes e mantenedores do sistema, mas ao comprometimento de emancipação dos indivíduos em cidadãos participativos, esclarecidos e comprometidos com as mudanças sociais.

Sabemos que a educação e o trabalho são aspectos fundantes na dimensão da cidadania, no entanto, ao trazermos essa condição ao Brasil de hoje, observaremos uma realidade infame que destoa desse ideal de educar desde a infância para o seu desenvolvimento cidadão.

A maioria das crianças provindas de classe média/baixa, desde muito cedo, aprendem que a escola não lhes dá o lucro necessário à sua subsistência. A escola desse modo é sentida como um fardo pesado, e não como um investimento pessoal a médio e a longo prazo. Parafraseando Dimenstein, (1995, p. 15), “nota-se a ausência da cidadania quando uma sociedade gera um menino de rua. Ele é o sintoma mais agudo da crise social”. Concordamos com ele ao percebermos que o Brasil sustenta suas crianças nas ruas com uma história não muito diferente dos países em “dito” desenvolvimento econômico, basta estarmos atentos aos indicadores sociais diariamente destacados pelos instrumentos da mídia.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNDA - em 1990, 58,2% das crianças e adolescentes brasileiros viviam em famílias cuja renda mensal *per capita* não ultrapassava $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em números absolutos, essa cifra correspondia a 32 milhões de pessoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE - 7,5 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhavam no Brasil, correspondendo 11,6% da população economicamente ativa do país. O IBGE nos traz dados acerca do binômio escola/trabalho que nos revelam que a década de 90 inicia com cerca de 4 milhões de crianças em idade escolar fora da escola.

Ao nos espelharmos nesse quadro, verificamos de antemão a contradição entre os indicadores de desigualdade social, os quais podem detectar as causas da inserção da mão-de-obra infanto-juvenil no mercado de trabalho e, conseqüentemente, da sua também precoce desistência em continuar os estudos. A maioria dos adolescentes de baixa renda que trabalham, ou relegam ao segundo plano seus estudos ou não estudam. Em nossa sociedade parece que o estigma colocado a estes com relação à educação, é que a mesma não é necessária na sua totalidade qualitativa e contínua, pois dificilmente estes adolescentes chegam a completar os seus estudos até o 3º grau por exemplo. Ainda percebe-se a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, colocando que as crianças e os adolescentes que não tiverem acesso à

educação de qualidade, provavelmente não ocuparão as vagas que exigem melhores qualificações no mercado.

Podemos relevar nesse caso, o direito à profissionalização incondicional às diferenças entre classes. Ou seja, a Constituição Federal de 88 ao incorporar a teoria de proteção integral às crianças e aos adolescentes, veio subsidiar e dimensionar o tratamento especial conferido a estes pequenos cidadãos. O direito à profissionalização estipulado no conjunto de direitos inseridos na Constituição, norteia a nova posição social dos jovens, o que veio a ser ratificado mais tarde em 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA. Tal posição concebe as crianças e os adolescentes como cidadãos plenos, segundo Fonseca, (1997, p. 4), “sujeitos porém, à proteção prioritária por se tratarem de pessoas em desenvolvimento físico, psicológico e moral”. Nesse sentido, ao conceber a cidadania plena às crianças e adolescentes, significam que todos os direitos inerentes a ela devem ser observados, coloca-se aos adolescentes inclusive o direito à participação política. Seja facultando a possibilidade de voto aos 16 anos ou seja estimulando a sua participação efetiva na política estudantil, como está colocado no ECA em seu artigo 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)”. Nota-se que o conceito de cidadania implícito

nesse contexto vai além do tradicional direito ao voto, reforçando a concepção de que “cidadão é todo aquele do povo e, por isso, destinatário dos esforços do Estado para que obtenha o pleno desenvolvimento como pessoa” (Fonseca, 1997, p. 4).

Sabemos no entanto, que os esforços do Estado não têm seguido preferencialmente nessa direção, como inclusive já discutimos no primeiro capítulo. O questionamento preliminar desejado nesse segundo capítulo acerca da educação é sobre o tipo de cidadania que se destina aos adolescentes, aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho não por opção própria, mas por condicionamentos que permeiam sua vida de privações materiais. E enquanto formação profissional, pretendemos aqui valorar o trabalho dito educativo que está sendo desenvolvido por Programas de Iniciação ao Trabalho do Governo ou não, mas que, no caso de nossa análise, se dá na sede de uma empresa estatal - a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos / ECT - a qual detém entre os seus programas sociais, o “Programa Correios Educando para o Futuro”.

PARA → Sobre o conceito de trabalho educativo, como propõe o Ministério do Trabalho, coloca-se como subsídio para a regulamentação do trabalho dos adolescentes, conforme previsto no artigo 68 da Lei 8069/90: “O Programa Social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental

sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividades regular remunerada”. Nesse caso, afirmando o que está prescrito no ECA, o Ministério do Trabalho define como Regime de Trabalho Educativo, em seu Projeto de Lei em tramitação no Congresso:

“(...) aquele centrado no trinômio educação, trabalho e geração de renda, de modo a garantir ao adolescente ao exercício da atividade produtiva, a obtenção da escolaridade mínima obrigatória e o acesso a alternativas de prosseguimento de estudos acadêmicos e/ou profissionalizante”.

O trabalho educativo é entendido no sentido de permitir e garantir ao adolescente a frequência regular no ensino de primeiro grau, e, ao concluir esse, deva também incentivar a sua continuidade no ensino de 2º grau, cursos de qualificação profissional ou de ensino profissionalizante. Quanto às normas que dispõe-se sobre o mesmo, ressaltamos: a faixa-etária estipulada de 14 a 18 anos; a sua realização deve dar-se exclusivamente no período diurno, de modo a possibilitar a frequência à escola no outro período do dia; o objetivo de propiciar ao adolescente através de atividades em empresas, em caráter complementar a formação escolar; o direito a benefícios como ajuda financeira não inferior ao valor do salário mínimo/hora; férias anuais; vale-transporte e outros benefícios, caso sejam concedidos pela

empresa contratante a seus empregados. No caso do trabalho educativo não há vínculo empregatício, mesmo sendo prestado no âmbito das empresas, embora elas devam anotar em Carteira de Trabalho e Previdência Social, a sua inserção no Regime. A empresa contratante deve ainda, informar a instituição de ensino a qual o adolescente estuda, sobre a função que o matriculado exerce na mesma ou de sua eventual exclusão do Regime quando ocorrer.

Pontuamos de tamanha importância o que cabe a entidade social conveniada e encarregada pelo Programa Social de Regimento do Trabalho Educativo, no que tange ao seu compromisso de acompanhar o adolescente na sua atividade escolar, através da exigência mensal de atestado de frequência e desempenho mínimo para a aprovação do adolescente no seu curso ou série. Principalmente na questão de ter que registrar o Programa nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - os quais terão a responsabilidade de aprovar os termos do relacionamento entidade/empresa/adolescente, e ainda, analisar os relatórios anuais de avaliação do programa desenvolvido, deixando assim, espaço à atuação da sociedade civil para se colocar em defesa dos direitos dos adolescentes trabalhadores.

Os adolescentes em Regime de Trabalho Educativo também têm deveres a cumprir: encaminhar à empresa e à entidade social a sua

declaração de matrícula no ensino básico ou profissionalizante; cumprir a carga horária estipulada para o seu trabalho; comprovar com o boletim escolar ou declaração da unidade de ensino a sua frequência e o seu desempenho escolar. Sendo que o descumprimento desses deveres poderá acarretar na sua exclusão do Regime.

E por falar em deveres, cabe às empresas apresentarem aos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho ao ser solicitado, a declaração de matrícula dos adolescentes; cópia de seu boletim escolar ou declaração de frequência; a descrição do setor, horário e atividades exercidas pelo adolescente; como a comprovação da ajuda financeira destinada aos mesmos. Para tanto, as entidades sociais deverão manter cadastro dos adolescentes vinculados ao Regime, com a indicação das empresas, com vias a garantir a compatibilização das informações com os órgãos do Ministério do Trabalho. O termo de inserção dos adolescentes no Regime será assinado pela entidade social e pela instituição de ensino da qual eles fazem parte.

Ressaltamos, finalmente, que conforme este Projeto Lei , a empresa que desenvolver o Programa não poderá exceder a dez por cento sobre o total de empregados maiores de 18 anos, ao abranger os adolescentes no seu quadro funcional, sob pena de caracterizar vínculo empregatício, caso a mesma não observe qualquer um dos requisitos citados acima.

As colocações até agora contempladas de forma parcial sobre o Projeto Lei que dispõe sobre o Regime de Trabalho Educativo serão postas em confronto com o que realmente acontece no cotidiano de trabalho dos adolescentes e, com a realidade específica do Programa “Correios Educando para o Futuro”, promovido pela ECT. Ao entendermos que a expressão “trabalho educativo” gera vários sentidos, questionamo-nos sobre a dimensão dessa educação baseada no trabalho enquanto prática social mediadora da emancipação dos homens.

Compreendemos que a educação sempre servirá de ponte alicerçada em valores que nos levam a uma determinada posição. A educação nunca se dá de forma neutra e, seja qual for o espaço onde ela se dá, ou quais os atores responsáveis pela sua transmissão, estes também influenciam na sua efetivação, pois “o educador não pode deixar de envolver-se nessa questão, sua atividade profissional envolve aspectos políticos, econômicos e sociais, e mais do que isso, tem uma dimensão ética cuja legitimidade está ligada a estes fins” (Ferreira, 1993, p. 5).

Portanto, quando a dimensão educativa está vinculada a alguma causa direcionada ao mundo do trabalho, devemos sempre nos questionar sobre os fins dessa educação.

“(...) sobre os fins da educação, precisamos lembrar que existem fins gerais, cuja efetivação demanda definições efetivas e garantias de certas condições de operatividade(...). Encontra-se nesse caso, a formação para a cidadania. Como um fim educacional, por si só, ele não diz nada. É necessário que se explicitem os fundamentos desse conceito de cidadão, os valores que o suportam e as condições objetivas necessárias para efetivá-lo”. (Ferreira, 1993, p. 6).

Nesse contexto, a relação imbricada entre trabalho e educação nas suas dimensões de promotores do desenvolvimento humano, de suas potencialidades e da sua dimensão social, traz os fins dessa interrelação de forma clara e complementar. Porém, quando se fala em trabalho educativo, podemos nos indagar fazendo uso das palavras de Campos (Apud Oliveira, sem data, p.2):

“ ‘Falar em educação’ pelo trabalho passa necessariamente por perguntar, se estamos colocando o trabalho como meio educativo, porque o trabalho é educar para que? (...) Educar para que, ou, que tipo de homem se quer educar em qual sociedade? A questão crucial aqui é que espécie de consciência pretendemos educar. Que idéias queremos educar em ‘nossas’ crianças e adolescentes”.

Nossa tentativa nesse trabalho é justamente aproximar-se da resposta desta questão crucial, ao entendermos que quando se fala em trabalho educativo, o caráter da formação deve vir antes do produtivo. Invariavelmente o intento de educar pelo trabalho só pode se realizar se o objetivo maior do mesmo for a formação do adolescente para a consciência de seu papel e da sua participação efetiva no todo da produção, na história da sociedade da qual faz parte. Assim sendo, como pontua Oris de Oliveira, (sem data, p. 3): “o trabalho para ser

educativo tem, necessariamente de ser um trabalho desalienado”. Queremos consolidar aqui, a idéia de que a cidadania gerada na relação trabalho/educação, só se faz possível se houver neste trabalho o aspecto político de entendimento do mesmo enquanto direito incondicional dos cidadãos.

Ainda faz-se necessário, só a título de esclarecimento, colocarmos a diferença entre “educar para o trabalho” e “educar pelo trabalho”. As duas colocações se distinguem pelo fato de que, quando o educando aprende para depois trabalhar, há a educação para o trabalho, e, por outro lado, quando o próprio desenvolvimento do trabalho “é um dos instrumentos do processo educativo como um todo” (Oliveira, sem data, p. 4), há educação pelo trabalho. O mesmo autor esclarece que, para o trabalho constituir-se num processo educativo, é indispensável:

“ (...) que ele se associe à educação do cidadão contribuindo para desenvolvimento do educando com vistas a realizar suas potencialidades intrínsecas e à formação e desenvolvimento de sua personalidade”. (Oliveira, sem data, p.4)

Nesse caso a aprendizagem para o exercício da cidadania se dá no aspecto social do trabalho educativo, na convivência com o outro e no participar do cotidiano do seu espaço de trabalho, na instrumentalização desses “pequenos” cidadãos para o alcance de um

espírito crítico e ativo. Também coloca-se a possibilidade de um trabalho educativo fomentar o estímulo à escolarização enquanto processo formativo para a aquisição de novas e melhores técnicas para incrementar seu modo de trabalho. A preocupação de Oliveira (sem data, p.6) vem nos embasar nessa questão :

“(...) inexistente o trabalho educativo com a simples exigência de frequência à escola paralelamente a ‘qualquer trabalho’, paralelismo presente em projetos de lei em curso no Congresso Nacional e que dispõem sobre trabalho educativo do adolescente. Há milhões de pessoas, maiores e menores de idade, que estudam e trabalham sem que se possa afirmar que essa concomitância transforme seus trabalhos em educativos”.

A questão aí implícita é se pensar que os Programas de Iniciação ao Trabalho para adolescentes não podem ser confundidos com trabalho educativo, apenas porque exigem a frequência à escola, já que a exigência do ensino fundamental é um direito e um dever historicamente conquistado de cidadania. A fala de Oliveira se confirma quando observamos Programas de inserção do adolescente ao mercado de trabalho se travestirem de codinomes educativos para no entanto, submeterem os mesmos à prática de trabalhos que visam a substituição de mão de obra, que no caso da juvenil, “ é mais barata, menos politizada e menos reivindicativa de seus direitos”(Oliveira, sem data, p.14).

Quanto aos espaços nos quais o trabalho educativo pode ser realizado, obviamente há restrições, pois nem todos os espaços sociais, por exemplo, estão dotados da possibilidade de transformar seu sistema produtivo em um sistema/escola formador da capacitação dos adolescentes para se inserirem futuramente no mercado competitivo e dinâmico das profissões. As condições para essa possibilidade estão postas não só nas funções destinadas aos jovens trabalhadores, como também, no próprio espaço físico para a realização das mesmas, que dependem de recursos materiais e principalmente humanos capacitados para o exercício dessa tarefa educadora. Muitos Programas de Iniciação ao Trabalho estão longe de ter um implemento pedagógico coerente com o desejado desenvolvimento pessoal e social do educando. Nesse sentido, esse projeto pedagógico demanda de uma preestabelecida proposta de atividades a cumprir tanto por parte do educando, como do educador e demais organização como um todo. Atividades estas, que não caiam no risco de "caducarem" com o decorrer do tempo, ou seja, o trabalho educativo, não pode produzir qualquer produto ou resultado que não se enquadre nos padrões de qualidade exigidos pelo mercado, caindo assim no abismo de desviar o interesse dos adolescentes para outras oportunidades mais dinâmicas, mas que no entanto, podem não resguardar a mesma lógica de direitos assegurados. As tarefas destinadas aos adolescentes devem ter caráter criativo e estimulante de

sua criticidade a ponto deste sentir-se realmente responsável pelas mesmas. Um dos pilares dessa questão está posto na remuneração, pois, embora se configure trabalho educativo, o próprio artigo 68 do ECA assegura que a educação (enquanto formação técnico-profissional), produção e remuneração, não são elementos que se contradizem e devem estar integrados.

Ora, o adolescente que se inicia no trabalho deve ser valorizado não só pela posição que ocupa, como pelo que virá a receber enquanto reconhecimento monetário pelo que executar, uma vez que, ao sair para o “mundo lá fora”, a questão salarial será uma realidade que, no nosso entender, deve ser apresentada com dignidade desde o início de sua vida laborativa. A baixa remuneração em muitos casos, é ponto culminante do desestímulo de muitos adolescentes em continuarem nos Programas de Iniciação ao Trabalho, vindo a reforçar a máxima de que “para pobre qualquer coisa serve”. A precarização salarial começa a se reproduzir já na iniciação da vida desses jovens trabalhadores. Por outro lado, a própria Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - no seu Capítulo III do Salário Mínimo, Seção I, artigo 80, assim expressa:

“Ao menor aprendiz será pago salário mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendiz do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, (2/3) dois terços do salário mínimo regional”.

Em seu Parágrafo único: "Considera-se aprendiz o menor de 12 a 18 anos, sujeito à formação profissional metódica de ofício em que exerça o seu trabalho". Desse modo, se comprova que a remuneração do adolescente sofre diferenças e que seu pagamento deve ser correspondente à divisão pelo número de horas que trabalham mensalmente, dando respaldo às diferentes políticas salariais no interior das empresas que executam os Programas.

“(...) a remuneração que adolescentes recebem nesses programas sociais nunca é suficiente para produzir o capital de giro inicial mínimo para o estabelecimento da iniciativa. (...) os principais ingredientes para a formação de um trabalhador-cidadão não estão presentes, ou estão de forma equivocada, negativa e fragmentária, na proposta pedagógica da maioria desses programas: a concepção de trabalho e valor monetário da remuneração reforçam a subalternidade (...)”. (Santos, 1997, p. 15).

Ao nosso ver, o fator agravante dessa condição está no desrespeito aos direitos dos adolescentes, ao receberem indignamente por seu trabalho, vindo a reforçar que a cidadania destes não se consolida de forma igualitária e, que a política salarial de nosso país carece de uma urgente reformulação.

Ainda, concluindo, quanto aos espaços físicos de

implementação do trabalho educativo, como já foi genericamente afirmado anteriormente, para a sua realização, é imprescindível a observância das normas vigentes quanto ao fator de periculosidade e insalubridade. Se fossem observados estes critérios, certamente seriam revistas e até excluídas muitas práticas de trabalho educativo que por aí vêm sendo executadas sem, contudo, atentarem para essa questão. No que tange ao espaço para a realização do trabalho educativo, Santos (1997, p. 18) nos chama a atenção:

“(...) os tipos de espaços sociais onde o trabalho educativo pode ocorrer apresenta outros critérios para definir as modalidades apropriadas de trabalho que podem ter dimensão educativa. Vejo inconveniência, e porque não dizer incompatibilidade da sua existência em dois tipos de organizações: na cooperativa de mão-de-obra e na empresa”.

Como nosso objetivo é focalizar a análise na dimensão educativa do "Programa Correios Educando para o Futuro" desenvolvido pela ECT, enquanto possibilitadora da construção da cidadania dos adolescentes nele inseridos, traremos à tona os ingredientes que possam estar permeando essa intenção de “educar para o futuro”. Pretendemos questionar qual o teor desse educar, pois se o trabalho educativo está impossibilitado de ser viabilizado na empresa, pensamos que a ECT não foge a regra, por motivos que perpassam desde o processo produtivo que visa o lucro pautado em condições competitivas,

até a própria cultura institucional da organização que concebe o trabalho apenas enquanto ocupação do tempo dos adolescentes de baixa renda.

As empresas segundo Santos (1997, p. 13):

“(...) disciplinam, adestram e ofertam a mão-de-obra de crianças e adolescentes pobres, estimulando a exploração da força de trabalho sob a égide da benevolência. Transformar sua cultura do caritativismo e da filantropia em cultura de cidadania não será uma missão nada fácil”.

O desafio que nos é colocado e nos norteará para a próxima discussão, visa confrontar a fala institucional/ECT com a fala dos sujeitos/adolescentes usuários do seu Programa.

Nosso intuito é assegurar que estes jovens trabalhadores não sejam educados para a subalternidade, para a aceitação das diferenças salariais, entre outras, impostas dentro do próprio Programa. Como também elucidar se esta dita “educação para o futuro”, não está ao invés, reproduzindo a manutenção da fácil exploração da ingênua mão-de-obra de jovens pobres, quando deveria conceber seu trabalho na dimensão cidadã que estes têm direito.

2.2 – Pensando o Programa Correios Educando Para O Futuro como espaço de construção da cidadania: em possibilidades!

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - DR/SC foi o palco para a realização de nossa experiência de estágio curricular durante o período de fevereiro/96 a agosto/97, mais precisamente na Gerência de Recursos Humanos, no Setor de Serviço Social e Benefícios. Foi nesse contexto, que tais inquietações ora desabafadas na forma desse Trabalho de Conclusão de Curso se originaram, enquanto imprescindíveis de serem melhor aprofundadas.

O estágio supervisionado em Serviço Social na ECT, demandou-nos dinamismo, paciência, criatividade, ampla percepção e uma determinada capacidade de olhar além do aparente. Condições estas que se colocaram necessárias de serem aprimoradas no decorrer das atividades que nos foram propostas. A ECT constitui-se num campo de atuação onde pode-se observar a multiplicidade de intervenções que o assistente social é chamado a realizar nas diferentes áreas de atuação: desde questões referentes à saúde, família, prevenção, a questões relevantes aos trabalhadores da ECT. Tal diversidade de atividades nos possibilitou perceber várias alternativas de atuação e compreensão dessa realidade no âmbito da empresa.

77

A profissão de assistente social traz embriada em seu surgimento características de atuação, outrora ligadas à caridade, numa concepção humanista e assistencialista onde buscava-se o ajustamento do indivíduo à sociedade. O Serviço Social surge no momento em que os conflitos/contradições do sistema capitalista se acentuam, seja no mundo do trabalho e suas lutas de classe, seja em relação ao papel do Estado frente às demandas sociais emergentes. Com isso, a profissão é perpassada em todas as áreas de atuação por tais contradições, tanto no âmbito da construção de seu papel, quanto de sua legitimação social.

Na área do trabalho, a profissão é chamada para atender à necessidade do empregador de condições biopsicossociais adequadas de aproveitamento da força de trabalho de seus empregados. Esta questão é fundamental para relacionarmos as dificuldades enfrentadas pela profissão na consolidação de sua identidade histórica e, a partir daí, refletir os questionamentos realizados no cotidiano de nossa prática: qual o papel do Serviço Social na empresa? Qual a especificidade da profissão nesta área, considerando as modificações e complexificações no mundo do trabalho? Como trabalhar frente às contradições posta socialmente no sentido de conduzir os usuários de nossos serviços, à conquista de seu entendimento e consequentemente fruição de seus direitos de cidadania?

Para tanto, a apreensão destas respostas dá-se por vezes, de

forma parcial no decorrer de nosso trabalho, necessitando da tão falada dimensão da totalidade.

“A ética da nossa atividade nessa relação entre indivíduo e sociedade, filia-se à compreensão do projeto coletivo. Mas um projeto coletivo tem de dar conta das dimensões microsociais da organização da sociedade, porque, do contrário trabalharemos na instância do ideal. (...) a questão é que hoje vão se colocando novas tarefas para o Serviço Social, as quais aparecem com uma condição necessária para a organização da existência coletiva”. (Cortella, 1996, p. 59).

Nossa atuação no campo de estágio esteve particularmente mais próxima ao acompanhamento do Programa Correios Educando para o Futuro, o qual contrata adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos e dez meses, com o objetivo de:

“(...) oferecer a menores, com idade a partir de 14 anos, oportunidade de participação, em situações reais de trabalho, assegurando-lhes condições adequadas para o exercício de uma atividade regular remunerada, bem como o acesso a atividades sócio-culturais e educacionais que contribuam para a sua formação e desenvolvimento pessoal”. (Manpes/Mod. 41, 1997, p. 1)

Cabe ressaltar que, ao completar a idade de 17 anos e dez meses, os adolescentes são automaticamente desligados do Programa. Este é normatizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei - 8.069/90) e pela Legislação do Trabalho do Menor, no que lhe forem aplicáveis e, está metodicamente apresentado no Módulo 41 que integra o Manual de Pessoal da ECT.

O documento apontado coloca que o adolescente inscrito deverá cumprir 04 horas diárias de trabalho, somando 20 horas semanais devendo ser cumpridas exclusivamente no período diurno. A possível suspensão do adolescente do Programa poderá ocorrer no caso de ele atingir a idade estipulada; por desempenho insuficiente; inadaptação dos mesmos as atividades; faltas não justificadas; a pedido do próprio adolescente e/ou de seu representante legal; por apresentar proposta de colocação já conseguida no mercado de trabalho, caso seja considerado inapto por duas vezes consecutivas na realização de suas tarefas ou ainda por outras situações consideradas relevantes.

Os adolescentes que chegam a ECT são encaminhados por intermédio do convênio com a Associação Florianopolitana de Voluntárias - AFLOV - que é responsável por manter cadastro dos mesmos e contactá-los mediante o surgimento de alguma vaga na empresa. A AFLOV é quem faz a pré-seleção dos adolescentes antes de enviá-los ao Serviço Social da ECT, através da observação de seus dados pessoais como: se o endereço de residência fica próximo ao local de trabalho, quanto as aptidões dos mesmo, levando-se em consideração a especificidade das atividades que terá que exercer. Após serem feitas essas observações, o adolescente é encaminhado para o Serviço Social, o qual o acolhe com uma conversa preliminar e explicativa sobre o que é o trabalho e as particularidades do Programa.

Recolhe seus dados pessoais numa ficha nominal e aplica um teste de conhecimentos gerais do nível de 4ª série, a mínima exigida como pré-requisito para poder trabalhar. Sendo feito esse primeiro contato, o adolescente é encaminhado para uma entrevista com o seu futuro Orientador na própria Unidade que detém a vaga. Tendo-se o parecer do Orientador acerca da entrevista com o adolescente, então são providenciados os documentos para a sua contratação: atestado médico (o exame admissional é realizado no próprio ambulatório da ECT), xerox dos documentos de identidade, comprovante de residência e contracheque de seus pais (para comprovação da renda), 2 fotos 3x4, comprovante de matrícula e atestado de frequência escolar e Carteira de Trabalho. O adolescente só poderá iniciar suas atividades com os documentos devidamente providenciados e com o registro em sua Carteira de Trabalho feito pela AFLOV, posteriormente é estipulada uma data para ele começar a trabalhar.

Quanto à remuneração está colocado no item 2.4. do Módulo 41: “Bolsa iniciação ao trabalho de valor equivalente a 50% do salário mínimo, proporcional ao número de horas despendidas à execução das atividades de iniciação ao trabalho, a ser paga até o 5º dia útil do mês subsequente a cada adolescente.”(MANPES, 1997 p. 2). Também são fornecidos aos adolescentes o vale-transporte na quantidade equivalente aos dias úteis para a frequência do trabalho; assistência

médica e odontológica gratuitas a nível ambulatorial; uma cesta básica mensal de acordo com as normas internas vigentes, sendo que o custo desse benefício será compartilhado no percentual de 95% pela ECT e 5% pelo adolescente; o fornecimento de uniforme (camiseta) conforme os modelos adotados pela ECT para os carteiros/executantes operacionais e, o acompanhamento social, educativo, cultural e esportivo, através de ações desenvolvidas pela própria empresa ou em parceria com instituições da comunidade; entrando aí mais diretamente a atuação Serviço Social.

Nossa atuação como estagiária se construiu na dinâmica da observação, acompanhamento sistemático e intervenção na realidade apresentada. No caso da atuação junto ao Programa, nossa participação esteve situada desde as entrevistas admissionais dos adolescentes, acompanhamento de suas situações reais de trabalho, até os encontros mensais realizados com os mesmos de cunho educativo. Nesse sentido, os questionamentos levantados acerca do trabalho do Serviço Social quanto à atuação, foram gerados nas particularidades do convívio com os adolescentes e nas dificuldades apresentadas no desenvolvimento de seu trabalho.

A questão da cidadania esteve sempre em avaliação nos Programas Sociais desenvolvidos no âmbito da ECT, particularmente no que concerne ao Programa dos adolescentes de maneira mais sublimar

82

por estarmos mais próximos a esta realidade e, foi especialmente num dos encontros mensais com o tema: “A questão da Cidadania”, que nossa preocupação se aprimorou no sentido de tornar-se embasadora deste trabalho.

O referido encontro foi articulado mediante convite dirigido aos adolescentes, em anexo a este seguiu uma proposta explicativa do objetivo do mesmo (Vide Anexo 1). Colocamos nesta proposta algumas prerrogativas à condição de cidadão, segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A partir da leitura dessas atribuições, sugerimos aos adolescentes para formular em um conceito próprio de cidadania com base em pesquisa em livros, revistas, ECA, programas de TV ou mesmo com pessoas amigas de sua comunidade. Nossa proposta era que todos trouxessem seu conceito através de uma frase, de uma figura, uma colagem ou uma música.

Porém, o que despertou nossa curiosidade pelo tema e principalmente nossa preocupação em estudá-lo, foi o resultado do Encontro, que nos deixou perceber a quase total falta de entendimento do que é ser cidadão. Cabe ressaltar que os poucos adolescentes que nos trouxeram seu conceito de cidadania, a máxima “é ter direitos e deveres” foi o que mais apareceu como resposta. Não que este parco conceito não esteja correto ao nosso ver, contudo, denotou a incapacidade dos jovens trabalhadores deterem um conhecimento mais

amplo e específico acerca da amplitude dos direitos e deveres de cidadania.

Com esta constatação, partimos para a reflexão de como poderíamos alcançar a falta de clareza dos mesmos sobre sua condição de cidadãos inseridos numa situação real e possibilitadora da vivência de todos os atributos inerentes à cidadania. Formulamos interiormente a seguinte pergunta: Como o trabalho desses adolescentes pode “educá-los” (no sentido de apropriar-se do conhecimento e poder concretizá-lo materialmente no cotidiano de sua vida) para a construção de sua cidadania? Após feita a pergunta, lembramo-nos das aulas de Pesquisa em Serviço Social que nos fizeram guardar a questão de que toda pergunta pode transformar-se num problema de pesquisa. E lá fomos nós... pesquisar!

As aulas de Pesquisa nos ensinaram também que esta prática está integrada ao nosso cotidiano profissional, devendo estar voltada ao levantamento de indagações e de apontamentos das falhas do sistema. A construção do conhecimento profissional acerca do plano sócio-histórico dá-se através da pesquisa e, engloba fatores como as teorias, a metodologia e as técnicas utilizadas para a nossa atuação, condicionando um conjunto de saberes e práticas, que visa conhecer a realidade para então realizarmos a intervenção. O conhecimento profissional se desdobra sobre duas perspectivas: a instrumental; que se

sustenta pela prática profissional e, a sócio-histórica; em que o conhecimento é construído através dos instrumentos de conhecer o real. Essas duas perspectivas decorrem da visão de mundo de cada profissional e do conhecimento aí construído, enfim, é parcela do conhecimento social que caracteriza o nosso espaço e a nossa identidade. Entendemos que é a partir da crítica que se constrói um novo conhecimento, como bem disse Baptista (sem data), “no Serviço Social o saber crítico aponta para o fazer crítico”. Com essa expectativa, partimos para uma pesquisa exploratória, que, segundo Gil (Apud Correa, 1997, p. 51), tem como objetivo, “desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e idéias, com vistas a formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Usamos para tanto a técnica da entrevista para a coleta de dados, com cerca de 15 questões para cada entrevistado de forma semi-estruturada. Pensamos ser necessário conhecer não só as dúvidas dos adolescentes sobre sua experiência de trabalho, para que, a partir do que fosse apresentado, questionássemos a questão da cidadania enquanto permeadora desse processo. Como também achamos viável entrevistar alguns de seus Orientadores/Chefes das Unidades, formulamos questionamentos para conhecermos seu ponto de vista sobre o trabalho dos adolescentes no contexto da Unidade. Também questionamos aos orientadores o seu conhecimento sobre a cidadania, já que são esses

que administram as atividades dos adolescentes e que, no nosso entender, é que podem transmitir no dia-a-dia como a cidadania se expressa no interior de suas práticas. No período em que aplicamos a pesquisa, a ECT detinha na Diretoria Regional de Santa Catarina aproximadamente 400 adolescentes inscritos no seu Programa, destes, 70 adolescentes (18 meninas e 52 meninos) e 26 Orientadores (aproximadamente 10 mulheres e 16 homens) estavam lotados em Unidades da Grande Florianópolis que foi a sede de nossa pesquisa. Deste universo selecionamos 20% do número de cada amostra, resultando na realização de 14 entrevistas com os adolescentes e 6 entrevistas com os Orientadores. Levamos em consideração para a escolha dos entrevistados, o tempo de permanência no Programa e demos preferência para os que já encontravam-se inscritos a 1 ano no mínimo, também para os Orientadores usamos esse critério.

Estruturada nossa forma de abordagem, partimos para a realização das entrevistas, pontuando que as questões levantadas (Vide Anexo 1), partiram dos pressupostos “é possível usar o trabalho como instrumento educativo para a construção da cidadania?” e, “o Programa Correios Educando para o Futuro vem consolidando seu compromisso de “educar” para o futuro segundo os preceitos da cidadania?”, contemplando aí as três categorias discutidas até então: CIDADANIA/TRABALHO/EDUCAÇÃO.

2.2.1 – O trabalho no cotidiano dos adolescentes e de seus

orientadores: em prosa!

A análise da pesquisa será apresentada de forma integrada entre os dados qualitativos e os dados quantitativos, sendo que traremos o agrupamento dos dados qualitativos com a própria fala dos adolescentes e seus Orientadores, enquanto que a apresentação dos dados quantitativos nos permitiram fazê-los em forma de Tabelas.

Como nosso foco de análise é a categoria CIDADANIA, faremos a interpretação dos resultados, tendo como pano de fundo os questionamentos abordados até então sobre a mesma. Intermediaremos a apresentação dos dados em blocos, mediante o assunto abordado na entrevista e nesse entremeio, faremos nossas considerações.

Na questão do trabalho questionamos primordialmente o significado desta categoria para os adolescentes, e ressaltaremos algumas das respostas:

“O trabalho para mim representa um método de aprendizado e experiência para a vida e para o futuro” (J. B. S.)

“Representa ter mais responsabilidade com as minhas coisas e com os outros, ter mais noção de vida e aprender a tratar as pessoas e a trabalhar em grupo. Prepara mais para o mundo”. (T. A. S.)

“Formação da minha personalidade para que eu possa ter responsabilidade no futuro”. (D. F.)

“É uma forma de ficar por dentro da vida profissional”. (F.R.S.)

“Para mim representa muito porque quando sair dos Correios e for trabalhar em outro lugar já saberei como é uma empresa de verdade, saberei lidar com as pessoas. Nesta passagem pelo Correio estou aprendendo a valoriza bem o que é trabalho”. (F. S.)

“O trabalho representa um mundo melhor e um avanço para o futuro”. (F.)

De certa forma estas respostas obtidas junto aos adolescentes contemplam o trabalho como um projeto para o futuro. Sentem essa primeira oportunidade na ECT como um projeto para a aquisição de experiências e conteúdos que possam ser aproveitados em outros trabalhos.

Em apenas uma das respostas o trabalho apareceu diretamente entendido como direito e, nas outras respostas, esta condição está implícita e caracterizada enquanto aprendizado para a vida e obtenção de responsabilidades:

“O trabalho representa para mim um direito de trabalhar”. (G.W.)

“O trabalho para mim é muito importante hoje em dia, todos tem que estudar para ter um bom emprego e não passar por nenhuma dificuldade”. (J. M. N.)

“Representa um modo de viver”. (P. R.)

Curiosamente em duas das resposta citadas, o trabalho

aparece como única via de acesso de se conseguir algo na vida - a dignidade de ser alguém - e que sem o trabalho o homem na sociedade capitalista é quase nada:

“Já ouvi falar que o trabalho dignifica o homem e acho isso uma grande verdade. Trabalhando o jovem começa a perceber que para sociedade de hoje, um homem sem trabalho é quase nada, isto infelizmente é verdade, apesar de que nem todos os desempregados estão nesta condição por escolha própria”. (D.)
“É a única forma de se conseguir algo, de ser alguém com dignidade”. (M. B.)

Estaria aí implícito nesse “quase nada”, que sem o trabalho é impossível de ser cidadão? Por esta via podemos nos questionar quanto à crise no emprego implementada na sociedade atual que, embora a ECT passageiramente seja entendida como espaço de construção de oportunidades para o futuro do jovem trabalhador, faz-se necessário nos perguntarmos: e depois da ECT? Estes jovens serão “quase nada” se não conseguirem um novo emprego? Não serão cidadãos? O que serão? Adolescentes desassistidos? Ou será que o depois é problema de cada um deles? Pensamos que não. Uma vez que o Programa se intitula “Correios Educando para o Futuro”, no mínimo essa dimensão educativa deve se estender à garantia desse futuro considerado pelo nome do Programa e pela representação do trabalho na vida dos adolescentes, através da distribuição das tarefas de forma diversa e capacitadora dessa mão-de-obra, “capazes de instrumentalizar o

indivíduo para as relações sociais, para a arte da negociação, para o pensamento flexível e criativo, enfim, para o domínio cultural de seu tempo” (Pereira, 1997, p. 19). Só com este compromisso, a ECT estará ampliando o seu universo capacitador e educador dos jovens cidadãos para o seu futuro, conforme propõem o próprio nome e objetivos do Programa.

A fala dos Orientadores entrevistados sobre a representação do trabalho, não difere em muito das respostas dadas pelos adolescentes:

“É o início de uma estrada para o mundo e para o crescimento”. (V. R.).

“É a possibilidade de aquisição de responsabilidade e aprender a dar valor aos seus compromissos” (V. P.)

“O trabalho na adolescência ajuda socialmente e atrapalha na educação”. (V. C.)

“Para quem precisa trabalhar é bom, mesmo assim para se levar o estudo a sério o trabalho atrapalha”. (L. C.)

Destacamos aqui a variante educação enquanto prejudicada pelo trabalho, e até um certo estigma de que o mesmo, quando iniciado na adolescência, esteja destinado aos jovens pobres, os que “precisam trabalhar”, reforçando dessa forma o paradoxo de que, o trabalho está para os que não têm escolha, assim como a escola está para os que podem exercer efetivamente o direito de permanecerem estudando por

mais tempo.

Nesse segundo bloco traremos em forma de Tabela os motivos que levaram os adolescentes entrevistados a trabalhar e, se a experiência destes nos Correios seria o seu primeiro contato com o trabalho:

Tabela 1 - Motivos para o trabalho dos adolescentes

| Motivos | Nº |
|----------------------------------|-----------|
| Ajudar a família financeiramente | 6 |
| Ocupar o tempo | 1 |
| Ter dinheiro próprio | 4 |
| Realização pessoal | 3 |
| Outros | 0 |
| TOTAL | 14 |

Estando assim mais uma vez confirmado que o maior motivo da inserção precoce dos adolescentes no mercado, reside na dificuldade de manutenção das necessidades essenciais de todos os membros de uma família. No caso do Programa da ECT está colocado como um dos pré-requisitos para ingresso no item 3 do Módulo 41: “renda familiar de até (02) dois salários mínimos”, sendo que houveram casos extremos de termos de avaliar a composição familiar para além do pré-requisito salarial, a fim de “abrir” exceções a alguns adolescentes

hoje inscritos. Pautando que no caso da ECT, este condicionante que poderia ser revisto enquanto nivelador e de certa forma excludente de uma considerável parcela da população, não dificulta porém a entrada dos adolescentes no quadro de seu Programa.

As outras respostas que colocaram como motivo a escolha do trabalho para ocupar o tempo, ter dinheiro próprio e realização profissional, acusam que para além da situação de precariedade material familiar, estão trabalhando pois assim escolheram. Desse modo, concluímos que a necessidade de ajudar a família continua condicionando os indicadores de desigualdade social e de distribuição de renda.

Perguntamos aos adolescentes se já haviam exercido outra atividade antes de trabalhar nos Correios:

Tabela 2 - Exercício de atividade remunerada.

| Atividade Remunerada | Nº |
|-----------------------------|-----------|
| SIM | 6 |
| NÃO | 8 |
| TOTAL | 14 |

Tabela 3 - Idade do início da atividade remunerada

| Idade | Nº |
|--------------|-----------|
| 10 anos | 1 |
| 12 anos | 1 |
| 13 anos | 1 |
| 14 anos | 3 |
| TOTAL | 6 |

Tais respostas vêm ratificar as colocações feitas anteriormente.

Quanto aos Orientadores, questionamos se a escolha para essa função partiu de sua pessoa (Tabela 4) quando abriu-se vaga a sua Unidade, se estavam preparados para desempenharem essa função quando a receberam (Tabela 5) e, quais as dificuldades mais freqüentes encontradas nesse cotidiano (Tabela 6):

Tabela 4 - Definição quanto ao papel de orientador.

| Escolha | Nº |
|----------------|-----------|
| SIM | 4 |
| NÃO | 2 |
| TOTAL | 6 |

Tabela 5 - Competência para orientação.

| Competência | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 1 |
| NÃO | 5 |
| TOTAL | 6 |

Todos responderam que sentem dificuldades em acompanhar o trabalho dos adolescentes, dentre as quais, as mais freqüentes apresentadas por todos, foi com relação ao discernimento da obediência/cumprimento das normas, a questão do horário que muitas vezes não é respeitado pelos adolescentes e pelas faltas injustificadas que esses cometem. Apareceram dificuldades desde questões mais amplas, como lidar com situações de cunho psicológico, até as mais simples, de trato operacional como proceder com férias (observamos através de uma pequena coleta de dados feita no ano passado pelo Serviço Social, que em algumas Unidades do interior, alguns Orientadores “não sabiam” que seus adolescentes tinham direito a férias!). Também carecem de informações quanto ao procedimento das faltas não justificadas, atestados médicos, entre outras questões que vão aparecendo no decorrer de seu trabalho.

Nessa questão, o ponto chave são as decisões tomadas no âmbito de uma empresa estatal, que obedece a uma hierarquia interna

centralizada no poder formalizado do Estado. Ou seja, o Programa Correios Educando para o Futuro mobiliza a participação coletiva de seus funcionários para a sua implementação, sem delegar-lhes o poder de escolha para tanto. Ao responderem que não se sentiam preparados para a sua nova função, é facilmente compreendida a angústia de se receber um adolescente em peculiar desenvolvimento de suas potencialidades, para estar-se atuando quase como um “mestre” no repasse das informações acerca do trabalho, de um acolhimento dentro da Unidade que possibilite sua integração com os demais funcionários e ainda, trabalhando nesse espaço a aceitação destes últimos ao jovem trabalhador que passará a compartilhar do seu cotidiano

A preparação dos Orientadores para a sua tarefa de “educador”/responsável pelos adolescentes, deve ser elaborada de antemão à criação de novas vagas nas Unidades. Percebemos que, no caso da ECT/DR/SC não segue essa sistemática e, pensamos que esta iniciativa deve ser realizada de forma conjunta e transdisciplinar. Ou seja, não cabe só ao Serviço Social fazê-lo, mas aos psicólogos da área de Treinamento e Desenvolvimento e pela assistente social das instituições conveniadas. Sugerimos para tanto, a parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente com o Departamento de Serviço Social, o qual, em última instância, poderia auxiliar no treinamento dos Orientadores. Através do repasse de

recursos teóricos e operacionais sobre o trabalho de modo geral no desenvolvimento juvenil e a Legislação acerca do Trabalho (ECA, CLT), entre outros. Tal participação poderia contar com a presença dos Núcleos de Estudos do DSS, conforme a temática abordada. Reforçamos que essa sistemática deva se dar de forma periódica, ao nosso ver, no mínimo semestralmente, com a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos na implementação do Programa, tanto os Orientadores da Grande Florianópolis, quanto os das Unidades do interior, visando alcançar toda a DR/SC em blocos de trabalhos como este.

Vale mencionar que essa prática na DR/SC ainda acontece de forma fragmentada, e o repasse de informações aos novos Orientadores, como para os já veteranos, acontece através de reuniões com os responsáveis pelas regiões operacionais do Estado. No entanto, não garante a participação massissa de todos os interessados, como também, apenas o Serviço Social é que presta tais informações, reforçando o imaginário de que é o único responsável pela implementação do Programa. Diríamos que a responsabilidade maior do Serviço Social, entre outras, é a tarefa de sensibilização de todos para o bom andamento do mesmo. Contudo, para a sua concreta realização, demanda esforços de todas as áreas envolvidas para que essa “educação para o futuro” esteja realmente de acordo com a qualidade e

com o compromisso da empresa.

Pontuamos ainda para reforçar tal questão que numa Comunicação Interna de nº 095/97, enviada ao Serviço Social da DR/SC, em julho do corrente ano, o assunto tratado é justamente sobre a operacionalização do trabalho periódico em preparar os Orientadores para a sua função. A mesma destaca:

- Todos os orientadores e 'menores' (grifo nosso), que fazem parte do Programa, deverão receber treinamento e reciclagens periódicas.
- É de responsabilidade da área de Treinamento e Desenvolvimento das DRs elaborar e executar treinamento e reciclagem para orientadores e 'menores' em conjunto com a equipe técnica responsável pelo Programa.
- O treinamento do orientador deverá explorar situações e conhecimentos que subsidiem os empregados que participarão do Programa a atuar como 'educador' (grifo nosso) promovendo ações que visem o desenvolvimento integral do 'menor' como cidadão e para a sua rápida integração as exigências do trabalho.

Está desse modo confirmado e até mesmo programado mediante este documento o que trouxemos enquanto sugestão. Como também está muito claro que as atribuições referentes ao Programa cabem à empresa como um todo. Do contrário, a atuação dos

orientadores enquanto “educadores” para a cidadania, como é pretendido no mesmo, se dará de forma empírica e intuitiva, podendo acarretar no não cumprimento desse importante preceito.

Continuando nossa análise, ao questionarmos aos adolescentes se achavam importante trabalhar na adolescência, a grande maioria respondeu positivamente. Precisamente 13 respostas positivas e apenas uma negativa. Os principais motivos considerados nessa importância foram basicamente os mesmos levantados pela primeira questão que abordou sobre o trabalho.

Já os Orientadores colocaram sua opinião sobre a importância do Programa Correios Educando para o Futuro na vida de seus “pequenos” subordinados. Cabe-nos trazer na íntegra, algumas das respostas mais significativas:

“A idéia do Programa, a intenção é maravilhosa, mas a gente vê que há exploração da mão-de-obra, principalmente nas áreas operacionais”. (V.)

“Acho um pouco incoerente”. (J.)

“A iniciativa é boa para ajudá-los a se colocar socialmente, mas não concordo que eles venham para substituir mão-de-obra efetiva. O que já aconteceu em minha Unidade até março de 97.” (V.)

As respostas obtidas apontam para vários caminhos relevantes a serem discutidos, pois, em sua maioria, concordam que o Programa detém um lado positivo no sentido de melhor posicionar socialmente e

estimular/preparar profissionalmente para o futuro. No entanto, a fala dos entrevistados revela o uso da mão-de-obra dos adolescentes em substituição do quadro de efetivos e que não concordam com isso, embora sejam “obrigados” a compactuar com essa situação em alguns momentos. Porque isso acontece? Seria pela crise que os Correios vêm enfrentando como todas as estatais brasileiras? Estariam os Correios passando por um processo de “enxugamento da máquina” para uma possível privatização? E a mão-de-obra adolescente, assim como de estagiários de nível superior, portadores de deficiência física e apenados, seria a alternativa para baratear o custo da mesma? Nesse caso, onde fica a qualidade pretendida nos seus serviços e projetos de 5 S? Diríamos usando as palavras de Camarotti no seu artigo para a Revista Veja (1997, p. 68) , ficará “extraviada”. O mesmo artigo nos traz a informação de que os Correios passam pela sua pior crise em vinte anos e dessa forma está longe do que já foi um modelo de eficiência.

“Com equipamentos obsoletos, verbas insuficientes e 4000 carteiros a menos que o necessário, a eficiência da empresa entrou em pane. (...) em 1995, chegou-se ao cúmulo de investir nos Correios menos de um quinto do volume de recursos necessários”. (Camarotti, 1997, p. 68)

O próprio presidente da companhia, Amilcar Gazaniga (Apud Camarotti, 1997, p. 68) reconhece: “A instituição envelheceu depressa. Está defasada tecnologicamente, tem falta de pessoal e a qualidade de seus serviços está comprometida”. Esse agravante se acentua com o investimento modesto do Governo, que no ano passado ficou em 200 milhões de reais para a ECT, quando seriam necessários 3,9 milhões para começar a recuperar esse atraso. Sendo assim comprometida a estrutura da empresa, a consequência é sentida desde os setores administrativos que encontram-se abarrotados da “mão-de-obra alternativa, como é conhecida a força laborativa de estagiários, portadores de deficiência, apenados e dos próprios adolescentes. Podemos usar como exemplo a realidade que vivíamos, onde no mesmo setor trabalhavam 7 estagiários e um portador de deficiência, para 5 efetivos. E esta situação se agrava nas áreas operacionais, como foi apontado na resposta de um dos Orientadores, onde a força de trabalho dos adolescentes em muitos momentos, é imprescindível para “dar conta do recado”. Dessa forma, deturpando diretamente o devido desenvolvimento do Programa por conta de uma crise que vem extenuando a empresa como um todo. Pode-se constatar em algumas agências do interior do Estado, que estas funcionam com o seguinte quadro: um funcionário efetivo para as questões administrativas no interior da agência e, um adolescente ou mais para fazer as entregas

domiciliares, realizando o mesmo trabalho de um carteiro contratado mediante concurso.

O pior é que, com o enxugamento da máquina, observa-se um temor pairando no ar por parte dos funcionários efetivos, os quais não se mobilizam de forma politizada, seja para denunciarem tal situação, seja para reivindicarem pelo investimento de uma política de qualificação e contratação de mão-de-obra efetiva que realmente deveria estar ocupando a vaga desta dita “alternativa”.

A cidadania cai por terra num país que, ao invés de empregar adultos/pais de família, com um salário capaz de suprir dignamente as necessidades de seus membros, especializa-se em criar espaços e projetos para viabilizar a precoce permanência dos jovens trabalhadores no mercado. Não é à toa que o Governo invista num programa social dessa natureza, usando uma de suas estatais com palco para tanto, e estimulando o seu caráter de “educação para o futuro”, pois esta iniciativa lhe dá ibope perante à nação e aos cidadão mais desviados. Esta iniciativa lhe serve ainda como atenuante do problema com o custo da mão-de-obra de suas “pesadas” estatais, pois fica mais barato, menos politizado e, já que está correndo o risco de entrar em colapso de vez, deixa estrategicamente os demais trabalhadores atados nos seus receios de levantarem a voz contra o seu “grande e virtual” pai: o Governo. Isso se chama neoliberalismo e ausência de cidadania.

2.2.2 - Mas... o que é mesmo essa tal cidadania?

Destacamos nesse momento, uma das principais questões levantadas, que aponta diretamente sobre a base de nossa discussão nesse trabalho: O que é cidadania para você? Perguntamos aos adolescentes e aos Orientadores, se achavam que trabalho e cidadania tinham alguma coisa a ver. Traremos algumas respostas divididas em bloco para cada entrevistado, com suas falas e posteriormente em tabelas, após, faremos os devidos comentários:

a) A cidadania na fala dos adolescentes:

“Cidadania para mim é o convívio com a sociedade e o modo de vida de cada pessoa”. (J. B. S.)

“É respeitar e ser respeitado”. (T. A. S.)

“É uma pessoa ter respeito e direitos e deveres numa sociedade”(D. F.)

“Generalização de cidadão que para mim necessita que uma pessoa deve obedecer leis, tendo seus direitos e deveres”. (M. B.)

“Um povo unido que ajuda uns aos outros”. (R..)

“É ter um espaço na sociedade para poder falar o que acha certo ou errado”. F. R. S.)

“Uma maneira de conviver com as pessoas, criar regras e saber obedecer as regras, respeitando o seu semelhante”. (P. R.)

“Acima de tudo ser cidadão não é ficar por aí cobrando seus direitos. Mais sim lutar para que os direitos e deveres de todos sejam cumpridos”. (N. J. S.)

“Nós somos cidadãos desde que nascemos. Temos nossos direitos humanos, os quais são a base para uma vida digna. Nossos direitos tem um limite: é onde começa os dos outros”. (F.)

“Cidadania é respeito, consideração e também respeitar colegas de trabalho e ajudar sempre que for necessário”. (F. S.)

“Para mim é tratar todo mundo igualmente, saber respeitar o próximo”. (F. S.)

“Cidadania para mim é ajudar as pessoas necessitadas”. (G. W.)

Tabela 6 - Relação entre cidadania e trabalho para os adolescentes

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 14 |
| NÃO | 0 |
| TOTAL | 14 |

b) A cidadania na fala dos Orientadores:

“Cidadania é poder ter direitos de ter alguma coisa na vida”. (V.)

“Cidadania pra mim é ter direitos de ser alguém na sociedade”. (L.)

“Cidadania é ser cumpridor de seus deveres com responsabilidade não só consigo mesmo, mas com a família e a comunidade. (V. R.)

“É saber usar os seus direitos e saber cumprir seus deveres”. (V. P.)

*“É ter direitos e deveres na sociedade, trabalho, políticas e outros”.
(J.)*

Tabela 7 - Relação entre cidadania e trabalho para os orientadores.

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 6 |
| NÃO | 0 |
| TOTAL | 6 |

O conteúdo das respostas obtidas em suma são interessantes e revelam que, ainda que parcial e fragmentadamente, os entrevistados conhecem o que é cidadania, ou pelo menos o que ela deveria ser, embora os conceitos se restrinjam basicamente à noção de ter direitos e deveres e, principalmente do respeito aos mesmos. Com esses dois pontos levantados, inicialmente analisamos que nossos entrevistados indistintamente aos demais brasileiros, sabem que a cidadania compete ao respeito de seus direitos e deveres básicos, contudo isso não significa que saibam quais sejam todos os direitos por ela garantidos e em quais espaços podem mobilizá-los de fato, para a sua concretização. Como nos coloca Dimenstein, (1995, p. 17), “está aí a importância de saber direito o que é cidadania. É uma palavra usada todos os dias e

tem vários sentidos. Mas hoje significa, em essência, o direito de viver decentemente". Com esta definição relacionada às questões levantadas pelos entrevistados, observamos que a cidadania aparece como um "dever ser", uma possibilidade remota que habita os sonhos dos indivíduos que acreditam numa sociedade mais justa. Desse modo, saber-se cidadão é concretamente conhecer como se pode exercer essa condição de igualdade perante a lei e a sociedade, no sentido de poder expressar-se - como bem traz uma das respostas dos adolescentes - não só através do voto consciente, mas de sua consciência crítica, de sua participação nos projetos criados para sua proteção, da denúncia das violações da cidadania. E principalmente, da certeza de que a proteção de seus direitos, estará garantida e que serão punidos devidamente os responsáveis por qualquer desrespeito.

A esfera coletiva aparece sempre destacada nas respostas, seja no respeito ao próximo, seja no cumprimento de seus deveres ou na própria convivência social, significando ao nosso ver, que é nesses espaços que podem ser reforçados os seus descontentamentos frente às desigualdades. E que, quanto maior for a representatividade da população na defesa de seus direitos, mais a desigualdade será levada ao foco do debate. Nesse caso, quando são mencionados nas respostas dos entrevistados, os aspectos de conviver com o outro, de ajudá-lo, de unir-se e ser tratado igualmente, é que se pode observar mesmo que

leiga, a compreensão da dimensão política da cidadania que remete à participação.

“A vida comunal é uma resposta às necessidades humanas, pois nela o interesse de cada um converge para o interesse coletivo. Em pleno gozo de sua liberdade, o homem escolhe essa nova forma de vida, e dela emerge um novo homem: um ser que busca a felicidade a cada instante, mas que é obrigado a reconhecer que ela depende do outro, nem sempre disponível para satisfazer seus desejos”. (Ferreira, 1993, p. 120).

Essa indisponibilidade do outro reflete a questão dos deveres individuais e coletivos na esfera não só de proteção do Governo, como da vida privada dos cidadãos. É uma rede estrategicamente montada para que um dependa e seja base do outro: o Governo garante os direitos de cidadania que podem ser exercidos individualmente, porém, só são alcançados, mediante lutas coletivas que denunciam que os deveres do Governo não estão sendo integralmente cumpridos! Ao invés disso, são diariamente negados a “olhos nus” através de dispositivos como Medidas Provisórias que transformam a Carta Magna num contrato de cavalheiros, de pacotes, medidas financeiras sempre incidindo principalmente no bolso do trabalhador. E da falta de uma política de emprego realmente empenhada em ampliar vagas no mercado, sendo estes apenas alguns dos concretos deveres do Estado para com o cidadão. Mas que, concretamente são historicamente desrespeitados...

Consideramos relevante que nenhuma das respostas colhidas contemplaram a cidadania diretamente ligada ao espaço institucional dos Correios, ao direito de estarem trabalhando e de receberem dignamente por isso. Ao direito de estarem aprendendo uma função profissional para que no futuro posicionem-se de forma digna no mercado de trabalho, falamos aqui dos adolescentes principalmente. E, de modo geral, também não apareceram mediações quanto aos deveres da ECT enquanto um espaço implementador da cidadania. Por que será?

“A simulação faz parte desse cenário, no qual alguém se diz dono de alguma coisa e outros acreditam. (...) Quanto se teria poupado se alguém tivesse dito: ‘Não! Isso é mentira; este homem é um farsante!’ (...) Como isso não foi feito, aqui estamos: tudo tem dono; não só a terra, o céu, a natureza, enfim, Ah! ...que pecado é a omissão dos homens. Não querendo se comprometer, comprometeram todo o gênero humano”. (Ferreira, 1993, p. 124).

Tal citação além de belíssima na sua formulação parece-nos pertinente para compreender esse porquê da omissão, da falta de clareza e da capacidade de se fazerem relações mais amplas e consistentes sobre o que é cidadania para os trabalhadores da ECT. O que nos preocupa é que os Orientadores, responsáveis por uma distinta e particular formação dos jovens trabalhadores em se desenvolverem cidadãos integrais, apesar de terem noção do que seja cidadania, desenvolvem um trabalho que recebe interferências burocráticas ou de

grande demanda de atividades em suas unidades, nem sempre benéficas para o cumprimento integral das suas responsabilidades.

O fato é que deixamos que a história forjasse donos para os nossos direitos, com o poder de decidirem quando, como e se os cumprirão. Enquanto esse patrimônio deveria ser de cada um, cada homem é que deveria ser dono de seus direitos na amplitude de poder gozá-los mediante o cumprimento horizontal de seus deveres coletivos.

O Serviço Social pela profissão que é e por estar privilegiadamente colocado na sociedade junto aos que mais necessitam de seu empenho para serem reconhecidos socialmente, como no próprio espaço institucional da ECT, tem esse desafio de estar esclarecendo, munindo e sensibilizando seus usuários para o exercício de sua expressão consciente. Através da reflexão conjunta, esclarecida e constante, como nos reforça Faleiros, (sem data, p. 25), “a intervenção leva a uma categorização, mas a categorização determinada pela prática social é, ao mesmo tempo um fator de conflito e de reação à intervenção do Estado”, principalmente quando este último está violando sua função social junto à população. O mesmo continua refletindo que as relações compartilhadas entre o profissional, a política social e a população se transformam numa relação de força, “em que o processo de acumulação é questionado direta ou indiretamente, de forma manifesta ou velada, através de movimentos implícitos ou de

resistências coletivas” (Faleiros, sem data, p. 25). Em suma, está posto aí uma das possibilidades do assistente social estar auxiliando na conquista, construção e clareza do que é ser cidadão de num país que se diz democrático.

2.2.3 - O eterno conflito entre escola e trabalho...

Analisaremos agora, quatro questões que estão relacionadas com os ingredientes educação e trabalho, que nos permitiram ser apresentadas através de Tabelas. Portanto, questionamos aos adolescentes se estes estavam satisfeitos com o seu trabalho (Tabela 8), como se sentiam sendo, ao mesmo tempo, estudantes e trabalhadores (Tabela 9), se seu rendimento escolar abaixou com sua opção por trabalhar (Tabela 10) e ainda, no caso de poderem escolher, o que seria mais importante: trabalhar ou estudar? Vamos saber o que os mesmos responderam:

Tabela 8 - Satisfação com o trabalho.

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 7 |
| NÃO | 7 |
| TOTAL | 14 |

Ao questionarmos sobre a satisfação com o seu trabalho, a divisão nas respostas foi paritária, sendo que, os que responderam sim alegaram as já destacadas questões da dimensão do aprendizado profissional e pessoal. Enquanto que, os que responderam não, trouxeram o salário como agravante desta desmotivação.

O adolescente trabalhador da ECT recebe 50% do salário mínimo, ficando por volta dos R\$ 60,00 atualmente, contudo, se diminuirmos desse valor os encargos sociais, férias, PIS e 5% do benefício da cesta básica, terão aí um ganho mensal abaixo desse $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Relembrando a nossa discussão acerca da subalternidade e precarização de salários forjados na sociedade salarial, e que neste caso, estão submetidos os adolescentes. O mais incrível é que, nesse um ano e meio de estágio em que acompanhamos o Programa, nenhum aumento de salário foi discutido, levando os adolescentes muitas vezes a uma acomodação forçada, no sentido de, se virem com o que ganham ou procurem quem pague mais, parece ser

essa a lógica determinada. Com relação aos benefícios de cesta básica e o vale-transporte, pensamos que não devam ser entendidos como salário indireto, tanto para os adolescentes, quanto para os demais efetivos. Estes benefícios devem sim ser mantidos e encarados como um direito de cidadania conseqüente do mau assalariamento dos trabalhadores da ECT, e em geral do povo brasileiro. Ora, se o salário não é capaz de subsidiar suas necessidades básicas, então que seja um direito dos trabalhadores a terem muitos, milhões de benefícios que o complemente.

Tabela 9 - Situação do estudante trabalhador.

| Situação | Nº |
|----------------------------|-----------|
| Cansado | 3 |
| muito bem | 2 |
| dá pra conciliar | 4 |
| com muita responsabilidade | 5 |
| Outros | 0 |
| TOTAL | 14 |

Tabela 10 - Redimento escolar e trabalho.

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 2 |
| NÃO | 12 |
| TOTAL | 14 |

As questões sobre trabalhar e estudar trouxeram paradoxos como a responsabilidade demasiada de estarem cumprindo duas atividades tão importantes e exigentes do mesmo nível de dedicação, no entanto, a maioria colocou que o seu rendimento escolar não baixou mesmo estando trabalhando. Podemos, de certa forma, destacar que também não aumentou como nos foi dito pelos adolescentes, enquanto estes respondiam nossa pergunta. Alguns expuseram que sobra pouco tempo para estudar para as provas, ou para fazerem algum trabalho de aula que geralmente tem de ser feito durante a noite. Fato também observado no teste de nível de quarta série que é aplicado aos mesmos no processo de seleção, os mesmos demonstram que mesmo o nível de escolaridade estar afixado nesta série para o ingresso no Programa, os adolescentes da ECT em sua maioria denunciam em suas provas que escrevem e lêem muito mal...

Tabela 11 - Escolha entre trabalho e estudo.

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| Trabalhar | 0 |
| Estudar | 14 |
| TOTAL | 14 |

A escolha foi unânime, estudar ainda é prioridade aos jovens trabalhadores, avaliamos essa primazia, por estarem sentindo na pele que a educação, o “saber fazer”, de acordo com as transformações atuais no mercado, exigem que estes se enquadrem na competitiva arena de mão-de-obra. Desse modo, a citação de Arroyo (1987, p. 37) vem nos explicar:

“(...) se a educação passou a ser pensada como mecanismo central na constituição da nova ordem social, ela se tornou um dos mecanismos de controle dessa nova ordem: não será aceito qualquer homem como sujeito de participação no convívio social, mas apenas os civilizados, os racionais, os modernos, os de espírito cultivado, os instruídos e educados”.

Nesse caso, o fato do Programa dos Correios que destina apenas 04 horas diárias para o trabalho para que o restante esteja livre para a escola, não quer dizer, porém, que esteja garantido que os adolescentes se saiam bem como alunos, e que poderão futuramente serem aceitos como “sujeito de participação no convívio social”, tal qual

nos ratificou Arroyo. Bem, e nesse caso, isso é problema só deles? De modo algum, pois se o chavão "educando para o futuro" quer fazer jus ao seu amplo significado, este condicionante de estar assegurando o acesso a esse princípio básico da cidadania, é um dos caminhos. Através da articulação entre empresa, entidade conveniada e a unidade de ensino dos adolescentes, no sentido de estarem conjuntamente comprometidas no desenvolvimento integral de suas aptidões. Seja através de um projeto de reforço escolar no âmbito da própria empresa ou de orientação vocacional que estimule as particularidades e os talentos de cada um. Se isto acontecesse, todos sairiam ganhando!

A ECT/DR/SC atualmente não tem nenhum controle sobre a vida escolar de seus meninos e meninas de forma mais aproximada e sistemática, salvo no momento em que estes são contratados mediante a exigência dos documentos comprovantes de sua matrícula e frequência na unidade de ensino. Apenas se coloca aos mesmos que se não continuarem estudando, poderão perder sua vaga. Todavia, não há nenhum controle mais efetivo e estimulante para que estes percebam qual a educação é vetor de mão-única para a aquisição de conhecimentos mais aprimorados para o seu futuro. Tal respaldo é repassado oralmente pelos Orientadores mais comprometidos com seus adolescentes, como se pode observar em visitas às Unidades de trabalho dos mesmos. Dessa forma, sugerimos que, semestralmente, as

entidades conveniadas juntamente com a ECT, façam uma espécie de levantamento estatístico e qualitativo acerca da situação escolar dos adolescentes, numa tentativa de mapear mecanismos mais eficazes para a garantia da assistência ao protegido, em última instância. O objetivo primordial do Programa: “Promover o desenvolvimento pessoal e profissional, (...) através da implementação de ações que assegurem a aquisição de hábitos, experiências e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho produtivo e no convívio social” (Manpes/Mód. 41, 1997, p. 1). De qual ajustamento se está falando?

Nesses quatro blocos de perguntas estão contempladas questões como a satisfação pessoal com o trabalho, podendo ou não estar relacionada à complexidade das tarefas exercidas, a criatividade e rodízio das mesmas e, a possibilidade de conseguir situá-las enquanto importantes para a sociedade. Está aí a tênue relação entre o saber e o fazer indo em direção ao “saber fazer” com prazer.

2.2.4 - Os Orientadores na sua tarefa de “educadores”...

Traremos também, sobre esse assunto, questões divididas em Tabelas, os últimos questionamentos feitos aos Orientadores: se

achavam que o Programa Correios Educando para o Futuro contribui para a ampliação dos direitos de cidadãos dos adolescentes (Tabela 12). Nessa perspectiva, questionamos a opinião destes, sobre como a experiência dos Correios na vida dos adolescentes poderia contribuir para o seu futuro profissional (Tabela 13), se já tinham ouvido falar do ECA (Tabela 14). e se gostariam de serem preparados para sua tarefa de “educadores” (Tabela 15). Vejamos as respostas:

Tabela 12 - Contribuição do Programa para os adolescentes.

| Contribuição | Nº |
|---|-----------|
| somente enquanto oportunidade de trabalho | 0 |
| como oportunidade de crescimento pessoal e profissional | 2 |
| não contribui | 0 |
| como possibilidade de se projetar socialmente | 2 |
| como possibilidade de uma melhor qualidade de vida | 2 |
| TOTAL | 6 |

Tabela 13 - Impacto da experiência de trabalho para os adolescentes.

| Formas de Impacto | Nº |
|---|-----------|
| Enquanto referências para um novo emprego | 0 |
| Enquanto aprendizado pessoal e profissional | 4 |
| como espaço de construção de sua cidadania | 2 |
| Outros | 0 |
| TOTAL | 6 |

Na visão dos Orientadores de modo geral, a experiência nos Correios garantirá um futuro mais esclarecido quanto à sua pessoa e à realidade da vida profissional. Como também, quanto ao exercício de melhor se colocarem socialmente enquanto cidadãos, mediante a aquisição deste esclarecimento, que vai em direção de uma busca mais crítica pela melhoria de sua qualidade de vida.

Tabela 14 - Os orientadores e o ECA.

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 5 |
| NÃO | 1 |
| TOTAL | 6 |

Esta tabela nos mostra que a maioria conhece as leis que

normatizam o Programa, como o ECA por exemplo, no entanto, expuseram verbalmente que conhecem de ter ouvido falar, mas não estavam totalmente seguros de sua aplicação no âmbito da empresa e no caso do Programa. Reforçando mais uma vez a necessidade de prepará-los para o seu ofício mediante as sugestões que eles próprios escolheram na Tabela 15.

Tabela 15 - Preparação para atuar como orientadora.

| Alternativa | Nº |
|--------------------|-----------|
| SIM | 6 |
| NÃO | 0 |
| TOTAL | 6 |

Tabela 16 - Formas de capacitação.

| Formas | Nº |
|--|-----------|
| Reuniões periódicas com o Serviço Social | 2 |
| Reuniões periódicas com o Serviço Social e os adolescentes | 1 |
| através de cursos sobre temáticas acerca da adolescência e suas particularidades | 2 |
| outros – através de cursos com a AFLOV e o Serviço Social | 1 |
| TOTAL | 6 |

Desta forma, estão aí colocados alguns dos aspectos relevantes que perpassam a gama de atribuições destinadas aos Orientadores, suas possibilidades de implementação e o firmamento do compromisso da empresa como um todo em estar auxiliando-os, compartilhando desta responsabilidade. Obviamente esta aproximação feita por nós através de nossa pesquisa não foi capaz de dar conta da totalidade de seu cotidiano, embora o enfoque da cidadania, que foi a base da mesma, seja bastante amplo, levando e trazendo a inúmeras mediações com o contexto e seus conflitos. Sendo assim, pensamos que, a partir dessas preliminares constatações, muito há que se fazer, pesquisar, investigar, repensar... notoriamente no espaço e nas intervenções não só dos Orientadores, mas que, o preparo para assumirem tal papel, os certifique de que a atividade por eles exercida é em essência, uma maneira muito peculiar e significativa de estarem expressando sua cidadania. Pois todo “educador” que se preze, leva consigo a possibilidade da transformação, da sensibilização de um maior número de pessoas e verticalmente da construção de sólidos ideais individuais e coletivos. Pensamos ser essa a maior responsabilidade da ECT ao se propor em prepará-los para tanto, “usá-los” como mola emergente de consciências críticas... embora duvidemos muito que este requisito esteja realmente embutido nos reais objetivos do Governo que estão por trás da empresa.

2.2.5 - A cidadania dos adolescentes/trabalhadores da ECT em foco...

Finalmente analisaremos por bloco, as falas e tabelas referentes às últimas questões abordadas com os adolescentes, as quais elucidaram como se sentiam participando do Programa Correios Educando para o Futuro. Se sentiam-se cidadãos de direitos e deveres por estarem trabalhando (Tabela 17), como acham que essa sua experiência nos Correios contribuirá no seu futuro profissional e, por fim, de que outras atividades gostariam de participarem enquanto inscritos no Programa (Tabela 18). Os mesmos responderam:

- Como você se sente participando do Programa Correios Educando para o Futuro?

“Me sinto bem em trabalhar nos Correios pois aprendo coisas novas”. (G.W.)

“Me ajuda a ter mais responsabilidade, só o salário é que é pouco”. (J. M. N..)

“Tá sendo bom porque faço amizade e aprendo muita coisa educativa”. (F.)

“Bem, me sinto dentro de uma grande escola”. (D.)

“Sorte eu tenho em ter conseguido pois apesar do salário estou aprendendo e vai ajudar no meu futuro”. (M. P.)

“Apreendendo e ao mesmo tempo ensinando alguma coisa aos novos adolescentes que chegam a Unidade”. (A..)

“Bem pois posso ter um espaço para tirar minhas dúvidas, contornar meus problemas através das Reuniões com o Serviço Social”. (D. F.)

“Até certa parte bom para poder ajudar minha família, fiquei mais decidido”. (T. A. S.)

Antes de continuarmos a apresentação e análise das outras respostas, concluímos que essas colocações acerca de como se sentem integrantes do Programa, denotam que este é sentido como uma oportunidade de estar aprendendo o que é o trabalho em seus aspectos políticos e sociais. Nesse sentido, diríamos que, segundo os mesmos, o Programa foi considerado como uma preparação para o futuro, no sentido de lhes dar espaço para se colocarem em convívio com outros adolescentes e com a dinâmica empresarial que, embora vise o lucro, repassa um dinamismo no que tange à observação ou participação direta em diferentes áreas.

O trabalho assim, segue cumprindo seu papel social de unificar os indivíduos no compartilhamento de suas causas, sejam essas quais sejam. Ao que parece dessa vez, como se poderá observar na Tabela 17, depois de nossa reunião sobre cidadania, o trabalho passou a ser entendido pelos adolescentes como um conjunto de valores, trocas, construção e reconstrução de sua identidade social.

Vejamos agora as resposta obtidas através de Tabelas:

Tabela 17 - Trabalho, direitos e deveres.

| Alternativas | Nº |
|---------------------|-----------|
| SIM | 14 |
| NÃO | 0 |
| TOTAL | 14 |

Pontuamos que mais uma vez o seu aspecto de aprendizado pessoal e profissional apareceu em destaque. Curiosamente apenas uma resposta colocada na Tabela 18 trouxe a experiência nos Correios como mediadora e estimulante para continuar os estudos, o que reaviva nossa discussão, de investir para que esse estímulo se dê de forma contínua.

Tabela 18 - Contribuição da experiência no Programa no futuro dos adolescentes.

| Tipos | Nº |
|---|-----------|
| como referência para um novo emprego | 4 |
| Enquanto aprendizado pessoal e profissional | 6 |
| como estimulante para continuar os estudos | 1 |
| como espaço de construção de sua cidadania | 3 |
| Outros | 0 |
| TOTAL | 14 |

Tabela 19 - Atividades extras.

| Tipo | Nº |
|----------------------------------|-----------|
| curso de computação | 11 |
| curso de línguas estrangeiras | 2 |
| curso de orientação profissional | 1 |
| curso de reforço escolar | 0 |
| Outros | 0 |
| TOTAL | 14 |

O estímulo para continuarem os estudos que o Programa poderia implementar no âmbito da empresa, estão acima sugeridos pelos cursos de especialização que podem ser concretizados neste espaço, no período de férias escolares dos adolescentes por exemplo.

Nesse sentido, destacamos a riqueza de detalhes de uma pesquisa qualitativa que, por mais esmiuçada que seja, sabemos que novos detalhes poderão apontar para diferentes análises. Portanto, para concluirmos este Capítulo, trazemos à tona mais uma questão que, embora não tenha sido contemplada pela pesquisa, consideramos de igual importância a todas as outras levantadas: quando uma empresa, estatal ou privada, resolve abrir vagas aos adolescentes com o intuito de estar educando-os para o futuro - estamos entendendo este futuro como “futuro cidadão” - por intermédio do trabalho, precisamos estar atentos. Todos nós! Como bem disse Ferreira (1993), não nos deixemos omitir

perante às implicações que podem estar por trás dessa intenção que à primeira vista pode parecer muito benevolente, na tentativa de tirar da exploração das ruas os nossos adolescentes e colocá-los à mercê da exploração “legalmente formalizada” nas empresas.

No caso da ECT, desde a implantação do Programa em 1992 que ainda intitulava-se “Programa Grande Otelo de Apoio ao Menor Carente”, passando para “Programa dos Correios de Apoio ao Menor Carente” e, a partir de 1996 foi redefinido nominalmente como “Programa Correios Educando para o Futuro”, podemos observar que a expressão “menor carente” sempre esteve presente na sua operacionalização e ainda é usado no interior da empresa para denominar os adolescentes. Esta prática pode ser melhor esclarecida por Pereira Júnior (1992, p. 13-14):

“(...) resultado de um percurso histórico de escravidão e de um modelo econômico concentrador de renda , surge o MENOR, também conhecido como pivete, ou trombadinha. Vilão e vítima de nosso folhetim cotidiano, este controvertido personagem é apresentado como desajustado e marginal. Nesse sentido, há uma estigmatização com cruéis reflexos na vida cotidiana destes adolescentes, na sua identificação e clareza de seu papel na sociedade”.

Pensamos estar situado na questão acima citada, um dos papéis do Serviço Social, enquanto sensibilizador para a compreensão dos demais responsáveis pela implementação do Programa, para que, a

partir dessa concepção, possam refletir à luz do questionamento trazido por Pereira Júnior e diríamos que essa é uma questão para a dimensão educativa de nosso trabalho.

O que nos parece desastroso é que, mesmo com o processo de Reposicionamento do Serviço Social e da redefinição de nomes para os seus programas sociais, a própria Diretoria Serviço Social e Benefícios do nosso setor, situada em Brasília, não esteja atenta para esta questão. Conforme nos faz concluir a Circular de número 263/97 de julho do corrente ano, que vem alegar as alterações no Programa chamando a atenção da empresa como um todo em relação à expressão “menor carente” ao se referirem aos adolescentes. Porém o faz da seguinte forma:

“Exemplo de expressões a serem substituídas:

*menor carente - por adolescente assistido
menor aprendiz - por adolescente assistido
adolescente aprendiz - por adolescente assistido
bolsa - por salário ou remuneração
profissionalização - por iniciação ao trabalho formal”*

Ora, que mania que temos, no Brasil, de tentar transformar sem no entanto, mudar de verdade o que está colocado como imperativo. De “menor carente” para “adolescente assistido”, apenas há uma transfiguração do nível de estigma, pelo qual são vitimados os jovens que trabalham nos Correios. Assistido é aquele que precisa de

assistência, se precisa de assistência é porque é carente, alimentando dessa forma o mesmo ciclo de deturpação da imagem desses “pequenos” cidadãos. Se estão sendo iniciados ao trabalho formal como o próprio documento solicita, independente de sua condição financeira, devem ser chamados de adolescentes/trabalhadores, “pura e simplesmente”!

A pesquisa junto aos adolescentes nos proporcionou parâmetros variados a serem analisados sob o ângulo da cidadania. Isso pelo fato dos mesmos se tratarem de pessoas em peculiar condição de desenvolvimento. Ao falarmos de trabalho na adolescência somos empurrados a questões de diferentes tratos que no entanto estão relacionadas. Como por exemplo, o direito de terem por base do seu desenvolvimento a formação para a vida social pautada em preceitos de solidariedade, sinceridade, criticidade e da coletividade. Tais preceitos parecem hoje renegados ao confinamento diante de nossa sociedade excludente e mascarada pelo favoritismo de uns em detrimento de outros.

Nesse sentido, pensamos que os adolescentes trabalhadores da ECT, não se enquadram nessa lógica do favor, pois a escolha por trabalharem tão cedo, não deve somente significá-lo como uma vítima do sistema, mas como um cidadão que está emergindo para o exercício de seus direitos. Concluimos portanto, que o objetivo central desta

pesquisa foi alcançado, ao nos trazer conteúdos através das falas dos adolescentes e seus Orientadores, por este conteúdo se fazer possível de ser confrontado com a fala institucional da ECT. Acreditamos que, embora o objetivo do Programa Correios Educando para o Futuro se mostre claro, na sua concepção de repassar aos adolescentes atributos pessoais e profissionais mediante situações reais de trabalho, há uma incoerência no nome do mesmo. A educação para o amanhã não perfaz além deste batido alcance de aprendizado pessoal e profissional e por isto nos questionamos, para ser cidadão em potencial, apenas isto basta? Não, não basta! Diríamos que os Correios estão implantando uma prática que pode vir a resultar num espaço importante para jovens trabalhadores. Para que estes cheguem à compreensão de que a cidadania não é só ter direitos e deveres, pois no Brasil todos nós temos direitos e deveres virtual e formalmente falando, no entanto, na hora de exercê-los, mal sabemos onde e como buscá-los. Sendo assim, a cidadania como projeto social e político no sentido de ser realizada não só consigo mesmo, mas com o outro, não aparece de forma precisa nas intermediações deste Programa, que ainda detém muitas falhas na sua operacionalização, como a pesquisa apontou. Enquanto os Correios tratarem seus adolescentes como “mão de obra alternativa” a cidadania continuará, por certo, muito longe de ser pensada como projeto de vida... e de educação para o futuro!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

... quem sabe em versos!

Ao chegarmos no que poderemos chamar de considerações finais, pretendemos considerar na totalidade, o estudo que abordamos nesse trabalho. Pontuando assim uma espécie de levante de sugestões que, ao invés de concluírem, levam ao encontro de novas dúvidas e possibilidades de aprofundamento.

Tudo o que nos foi trazido enquanto teoria, possibilidades, prosa (fala dos sujeitos envolvidos) e "versos", serviram não só para ilustrarem nossa percepção acerca da temática cidadania. O nosso maior ganho e infelizmente, nossa maior constatação, foi perceber que a cidadania se desenvolveu enquanto um ideal de sociedade pautada em princípios éticos e igualitários que são inviáveis no contexto da sociedade desigual de classes. O capitalismo inegavelmente não é um campo fértil para que a liberdade dos direitos civis, a participação dos direitos políticos e a igualdade dos direitos sociais se configurem numa concreta vivência de todos... simplesmente todos os cidadãos.

Não foi à toa que introduzimos este trabalho chamando a atenção do leitor para a relevância do tema à sua vida e para a profissão do Assistente Social, pois, é nesta sociedade que estamos fadados a

viver não se sabe por quanto tempo... mas é aqui, diante dos avanços tecnológicos, do conseqüente desmonte no quadro de empregos, da roda viva da exclusão de um grande contingente de homens de usufruírem, de igual tamanho, as inovações dessa era. A vida sendo banalizada pela violência, que é estimulada pelo descaso dos que dela podem se proteger, a restrição do lazer a uma pequena parcela da população, de satisfação, diversão, felicidade, poesia e arte; o acesso de poucos a este lado belo e formador de cidadãos integrais e principalmente sensíveis. É nesse mar tempestuoso que sentimos a total incompatibilidade de existência da cidadania, tal qual foi e é concebida tanto pelos autores que aqui nos ajudaram a pensar, quanto pelo imaginário dos sujeitos entrevistados. Tais referências foram fundantes para chegarmos à decisão de defendermos essa posição de que no Brasil não há cidadania, no seu sentido de direitos plenos, quanto na amplitude que os seus conceitos contemporâneos ousam sonhar. E essa defesa não nos parece pessimista ao nos depararmos com uma realidade que permite precariamente aos seus cidadãos exercitarem sua liberdade, sua participação e, pior ainda, quando se fala de igualdade esse quadro se agrava.

A base de nosso posicionamento se estrutura na percepção de que no Brasil nos contentamos com uma espécie de conto de fadas, no qual alguém, algum dia, em algum lugar, poderá vir a ser cidadão. E

para a construção do enredo dessa história, de como chegar a um final feliz, nós estamos bem munidos, pois há que se fazer alusão a todos os esforços que são feitos em nome da cidadania. Seja via grandes teorias, grandes projetos, grandiosas leis (no caso de nossa Constituição democrática), grandes movimentos e grandes particularidades do dia-a-dia, que denunciam a sua não concretização. Os indivíduos fazem uso de sua voz e dizem que estão usurpados de seus direitos, que estão sobrecarregados de deveres, em contrapartida, há os que cometem essa usurpação e que não carregam um fardo tão pesado de responsabilidade para com os seus semelhantes. O problema é que, a banalização da vida, implica na direta banalização de seus portadores. Portanto, quem detém as rédeas longas e sinuosas dos poderes, estrategicamente alimenta essa "historinha" com o seu "faz de conta" que ouve, que entende e que está interessado e comovido.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por sua vez, não está imune dessa situação conflituosa forjada nesse espaço caricato de cidadania. E a implementação de seus Programas Sociais acaba sofrendo invariavelmente essa infiltração, pois a empresa, no Estado capitalista, ainda é o cenário perfeito para se gerar e reproduzir os princípios dessa ordem. Dessa forma, ao analisarmos sua situação de reprodutora da mão-de-obra, especificamente da juvenil, e ao nos depararmos com o Programa Correios Educando para o Futuro,

consideramos que o mesmo não forma seus jovens trabalhadores para a cidadania de fato. O seu alcance e impacto na vida dos jovens, acontece de forma satisfatória para a sua inserção numa situação de trabalho formal, interessante enquanto espaço de aprendizado pessoal, e insipiente profissionalmente. No entanto lhe faltam muitos atributos claros e concretos que façam menção e estejam realmente situando a cidadania, pois ao se nomear “Educando para o Futuro”, há um sério compromisso e uma grande tarefa aí pretendida. Todos nós pretendemos o melhor para o nosso futuro e muitas vezes, nossas vivências são condicionantes diretas da garantia dessa melhoria. Nesse sentido, é preciso que os adolescentes trabalhadores dos Correios assim sejam reconhecidos na esfera do salário, compatível com as atividades atribuídas e principalmente que se estude métodos de inter-relação entre funcionários e beneficiados. Ninguém que pretenda ser reconhecido no futuro enquanto cidadão, pode ser desconsiderado no presente, e diríamos que o termo adolescente assistido fere essa intenção, estando a um passo de seu antigo codinome, hoje substituído. Como já afirmamos, a responsabilidade deve ser compartilhada por todos, está aí um dever formalmente criado para que um cidadão seja ponte para o outro, no caso da ECT para com os seus adolescentes.

Finalmente pontuamos o grande espaço que aí está exposto ao Serviço Social da empresa no cumprimento de seu papel. A condição

privilegiada que nos foi delegada para tanto, deve ser reconhecida e executada com a máxima coerência e coragem de intervir em situações, que por ventura, não estejam comprometidas com os objetivos aos quais o Programa se propõe. E principalmente de pô-lo sempre em pauta de reavaliação e discussão no interior da organização, e não simplesmente aceitá-lo como pronto, acabado e perfeito. Nossa profissão está especialmente capacitada para nos reportarmos à denúncia e à defesa da cidadania e dos cidadãos... sejam estes quem sejam! Do contrário, o sentido de “servir socialmente” como sugere o nome da mesma, perderia o seu conteúdo, a sua identidade e autoridade. Que assim seja...

*... e que os versos
nos ensinem sobre a sensibilidade de que a
igualdade habita na alma, que indiferente às
máscaras, sentimos dor, sonhamos,
lutamos, erramos, perdoamos, aprendemos,
conquistamos e derramamos sobre a história
maneiras variadas de sermos felizes! Já é
hora de acreditarmos que somos capazes !!!*

Dani

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. COIMBRA, M. Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos. São Paulo; Acadêmica, 1993.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. O Discurso da Cidadania: das Limitações do jurídico às Potencialidades do Político. Florianópolis, UFSC/SC, 208p. (Mestrado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal da Santa Catarina.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo; Cortez, 1995.

Atribuições e Competências na Área da Infância e Adolescência da Secretaria de Assistência Social/MPAS e da Secretaria dos Direitos da Cidadania/ MJ. Brasília: (S. L.), 1995 (Documento Datilografado).

BARBALET, J. M. A Cidadania. Lisboa: Estampa, 1989.

BARROS, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. VELASCO, Tatiana. A Pobreza é a principal causa do trabalho infantil no Brasil urbano?. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA/PNPE, (1997?) (Documento Datilografado) "não paginado".

BERCOVICH, Alícia M. MADEIRA, Felícia R. TORRES, Aroldo G. Mapeando a Situação do Adolescente no Brasil. São Paulo: Fundação SEADE, 1997. (Documento Datilografado \ Versão Preliminar).

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo; Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Florianópolis: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal da Saúde e desenvolvimento Social, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Projeto de Lei nº ?. Dispõe sobre o regime de Trabalho Educativo. Brasília: Secretaria de Formação e desenvolvimento Profissional, 199- (Documento Datilografado). 23 p.

BUFFA, Ester. ARROYO Miguel. NOSCELLA, Paolo. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 23).

CAMAROTTI, Jerson. Rapidez Extraviada. Veja, ed. ANO 30 nº 11. Edit. Abril, 19 março/97. p. 68-70.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão Social. (Palestra proferida por ocasião do Seminário Internacional "A questão social no contexto da globalização", realizado na PUC/SP, out. 1996).

CFESS. A Questão da Criança e do Adolescente no Brasil, 1995. Brasília: CFESS, 1995. (Documento datilografado).

CONANDA. Diretrizes Nacionais Para a Política de Atenção Integral a Infância e Adolescência nas Áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e para a Garantia de Direitos. Brasília: Secretaria da Assistência Social. Área da Infância e Adolescência, 1995. (Documento Datilografado).

CORTELLA, Mário Sérgio. O Espaço da Ética na Relação Indivíduo e Sociedade. IN: BONETTI, Dilséa A. Silva, Marlise V. SALES, Mione A. J. (org). Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 1996. 232p.

COSTA, Antônio Carlos J. da. Subsídios para definições das Normas Gerais da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente pela Conanda. (S. L.: S. N.), (199-). (Documento Datilografado).

DEMO, Pedro. O que é Política Social. In: Política Social, Educação e Cidadania. São Paulo: Papyrus, 1994.

DERET/DSSB. Circular Interna 263/97 e Circular Interna 095/97. Brasília: ECT, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. O Cidadão de Papel. São Paulo: Ática, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em Pedacos. São Paulo; Companhia das Letras, 1996.

EVELIN, Guilherme. MELLO, Rachael. Uma escola para o Futuro. ISTO É, São Paulo: n° 1463, p. 36-42, out. 1997.

FALEIROS, Vicente de Paulo. A instituição: poder e saber. Política Social e Serviço Social.? (Capítulo I). Publicado em Acción Crédito n° 12, dez/82.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FONSECA, Ricardo T. M. O Direito à Profissionalização, Corolário da Proteção Integral das crianças e Adolescentes. São Paulo: Procuradoria Regional do Trabalho, 1997. (Documento Datilografado) 12 p.
- FORTES, Alexandre. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas. São Paulo, (1996?). (Documento Datilografado).
- FRANCO, Simon IN: entrevista a Roler Ferreira, NÃO PARE DE ESTUDAR. Veja, 237. 1996 p. 7-9.
- FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- ✱GUEIROS, Maria José Galvão. Serviço Social e Cidadania. Rio de Janeiro: Agir, 1991.
- IPEA. Orçamento da Criança e do Adolescente para 1997. (S. L.): 1997. (Documento Datilografado \ Versão Preliminar).
- JÚNIOR, Almir Pereira. BEZERRA, Jaerson Lucas. HWRINGER, Rosana (org.). Os impasses da cidadania: Infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- LEIS, Héctor Leis. Globalização e Democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transdisciplinar. (S. L. : S. N.), (1996?). (Documento xerocado).
- MANPES. Mód. 41, Programa de Apoio dos Correios ao Menor Carente. Brasília: ECT, 1997 Cap. 1 a 4.

MARCHE GLOBAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL: MOBILIZAÇÃO NO BRASIL. Brasília: Fundação Alvin q, 1997. (Documento Datilografado).

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTINS, Valdete de B. TAPAJÓS, Luziele. SALES, Mione. O ECA e a Educação. Brasília: CFESS, 1996. (Documento Datilografado).

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania e Participação. São Paulo: Marco zero, 1990.

MPAS. Informações Gerais sobre a Implantação do programa de Erradicação do W Infantil - Bolsa Criança Cidadã. Brasília: Secretaria de Assistência Social, 1997.

OLIVEIRA, Oris. Trabalho Educativo. 1997 (Documento Datilografado) 25 p.

PEREIRA, Irandi. CARVALHO, M. C. Brandt de CALIL, M. I. et al. Trabalho do adolescente: mitos e dilemas. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da RC/SP, 1994. (Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) 610.

SANTOS, Maria Odete. O globo se alarga, se estreita e se afasta: a comunidade imaginária mundial. Plural, Florianópolis: n° 8, v. 5, p. 3-11. Jul./Dez 1996.

SAVIANI, Demerval. Desenvolvimento e Educação na América Latina. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1983. (Coleção polêmicas do Nosso Tempo, 5)

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1983.
(Coleção polêmicas do Nosso Tempo, 5)

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Edufsc; São Paulo: Cortez, 1995

* SPINK, Mary Jane Paris (org.). A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

UNICEF. Situação Mundial de Infância 1997. Brasília: UNICEF, 1997.

YASBEK, Maria Carmelita. Assistência Social: Direito do Cidadão, Dever do Estado. Brasília (Conferência Magna? Documento Datilografado), 1995.

ZALUAR, Alba. Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Escuta, Editora da Unicamp. 1994.

ANEXO

DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do Aluno: Danielle Micheline Wagner

Matrícula: 9411607-5

Ano do desenvolvimento do **Estágio I:** 1996 Semestre 96.1

Nome e local do estágio: ECT

Nome da supervisora da Instituição: Vera Lúcia Coelho

Nome da supervisora da UFSC: Beatriz Augusto Paiva

Nº de horas desenvolvidas: 320

Ano do desenvolvimento do **Estágio II:** 1996 Semestre: 96-2

Nome do local do estágio: ECT

Nome da supervisora da instituição: Vera Lúcia Coelho

Nome da supervisora da UFSC: Kátia Muller

Nº de horas desenvolvidas: 320 horas

Ano do desenvolvimento do **Estágio III:** 1997 Semestre 97.1

Nome do local do estágio: ECT

Nome da supervisora da instituição: Vera Lúcia Coelho

Nome da supervisora da UFSC: Mirella P. da Luz

Nº de horas desenvolvidas: 320 horas

Coordenadoria de Estágio/DDS/CSE/UFSC

QUERIDO ADOLESCENTE!!!

NOSSA REUNIÃO TRATARÁ DE UM TEMA QUE DIZ RESPEITO A TODOS NÓS, DE MANEIRA MUITO ESPECIAL... **A QUESTÃO DA CIDADANIA!!!**

TODOS SOMOS CIDADÃOS... E SEGUNDO A "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM":

*Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa.
Todo homem tem direito à alimentação, vestuário, habitação,
cuidados médicos.
Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
Todo homem tem direito ao trabalho e a livre escolha de emprego.
Todo homem tem direito à segurança social.
Todo homem tem direito de tomar parte no governo de seu país.
Todo homem tem direito a uma ordem social em que seus direitos e
liberdades possam ser plenamente realizados.
Todo homem tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante
a lei.
Todo homem tem direito a instrução.*

A PARTIR DA LEITURA DESTES DIREITOS, VOCÊ TERÁ UMA TAREFA PARA NOSSO ENCONTRO:

Deverá pesquisar em livros, revistas, Estatuto da Criança e do Adolescente, programas de tv, ou com pessoas amigas, conceitos sobre cidadania. E formular seu próprio conceito através de uma frase, uma figura, uma colagem, uma música.

Lembre-se, que este é um compromisso que estamos lhe conferindo, portanto, você deverá necessariamente nos trazer uma resposta, ou mesmo, dúvidas que você tenha sobre cidadania.

Use sua criatividade, e exerça sua cidadania, pois a participação em grupos onde somos tratados com respeito e direito a falar o que se pensa... é uma maneira de ser cidadão.

OBS: Provavelmente, contaremos com a participação da Assistente Social Beatriz (Profª da UFSC) nesse Encontro, a qual nos ajudará a compreendermos nosso papel enquanto cidadãos na sociedade.

CONTAMOS COM SUA PRESENÇA E COM O CUMPRIMENTO DA TAREFA QUE LHE DESIGNAMOS, PARA QUE O NOSSO ENCONTRO SEJA UM MOMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE TODOS, SEM DISTINÇÃO!!!

Um abraço!!!
SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO: TRABALHO E CIDADANIA

ELABORADO POR: DANIELLE MICHELINE WAGNER (estagiária SSB/ECT).

→ OBJETIVO: O presente questionário, visa levantar questões acerca da compreensão dos adolescentes trabalhadores da ECT/DR/SC, sobre o seu trabalho, e se este, é sentido como espaço de construção de sua cidadania. O mesmo, será aplicado com 15 dos 70 adolescentes que atualmente estão inscritos no Programa "Correios Educando para o Futuro". Sendo que, tais dados serão analisados mediante a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

1 - O que representa o trabalho para você?

R:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2 - Você trabalha para: (assinale apenas uma alternativa)

a - () ajudar a família financeiramente

c - () ter dinheiro próprio

b - () ocupar o tempo

d - () realização pessoal

e - () outros

Quais?.....

3 - Você já exerceu outra atividade antes de trabalhar nos Correios?

a - () sim/passe para a questão 4

b - () não/passe para a questão 5

4 - Com que idade?

R:.....

5 - Você acha importante importante trabalhar na adolescência?

a - () sim

b - () não

Porque?

.....

.....

.....

6 - O que é cidadania para você?

R:

.....

.....

.....

.....

.....

7 - Você acha que cidadania e trabalho tem alguma coisa a ver?

a - () sim

b - () não

Justifique:

.....

.....

.....

8 - Você está satisfeito com seu trabalho?

a - () sim

b - () não

c - () mais ou menos

Porque?

.....

.....

.....

9 - Como você se sente sendo estudante e trabalhador ao mesmo tempo?

a - () cansado

c - () dá para conciliar

b - () muito bem

d - () com muita responsabilidade

e - () outros

Quais?

.....

.....

.....

10 - Seu rendimento escolar abaixou depois que você começou a trabalhar nos Correios?

a - () sim

b - () não

11 - O que é mais importante para você?

a - () trabalhar

b - () estudar

12 - Como você se sente participando do Programa "Correios Educando para o Futuro"?

R:

.....

.....
.....
.....
.....
.....
13 - Você se sente um cidadão de direitos e deveres por estar trabalhando?

a - () sim

b - () não

Porque?

.....
.....
.....

14 - Como você acha que sua experiência nos Correios contribuirá no seu futuro profissional?

a - () como referências para um novo emprego

b - () enquanto aprendizado pessoal e profissional

c - () como estimulante para continuar os estudos

d - () como espaço de construção de sua cidadania

e - () outros

Quais?

.....
.....
.....

15 - Que outras atividades você gostaria de participar enquanto inscrito no Programa "Correios Educando para o Futuro"?

a - () curso de computação

c - () curso de orientação profissional

b - () curso de línguas estrangeiras

d - () curso de reforço escolar

e - () outros

Quais?

.....
.....
.....

Obrigada pela atenção!!!

Dani

QUESTIONÁRIO: TRABALHO E CIDADANIA

ELABORADO POR: DANIELLE MICHELINE WAGNER (estagiária do SSB/ECT)

OBJETIVO: O presente questionário visa levantar questões acerca da compreensão dos Orientadores dos adolescentes trabalhadores da ECT/DR/SC, sobre a importância do trabalho dos mesmos, e se este tem sido espaço implementador de sua cidadania. O mesmo será aplicado com 5 dos 26 Orientadores, sendo que, os dados recolhidos, serão analisados mediante a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

1 - O que representa o trabalho na adolescência para você?

R:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2 - Foi você quem escolheu ser Orientador dos adolescentes lotados na sua Unidade?

a - () sim

b - () não

3 - Quando recebeu esta tarefa, sentia-se preparado?

a - () sim

b - () não

4 - Você sente dificuldades em desempenhar o seu papel de Orientador?

a - () sim/passe para a questão 5

b - () não/passe para a questão 6

5 - Quais as mais freqüentes?

a -

b -

c -

6 - O que você acha do Programa "Correios Educando para o Futuro"?

R:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

7 - Você considera o trabalho dos adolescentes lotados em sua Unidade indispensável a mesma?

a - () sim

b - () não

Justifique:

.....

.....

.....

8 - O que é cidadania para você?

R:

.....

.....

.....

.....

.....

9 - Você acha que cidadania e trabalho tem alguma coisa a ver?

a - () sim

b - () não

Justifique:

.....

.....

.....

10 - Na sua opinião, o Programa "Correios Educando para o Futuro", contribui para a ampliação dos direitos de cidadão dos adolescentes:

a - () somente enquanto oportunidade de trabalho

b - () como oportunidade de crescimento pessoal e profissional

c - () não contribui

d - () como possibilidade de se projetar socialmente

e - () como possibilidade de uma melhor qualidade de vida

f - () outros

Quais?

.....

.....

.....

11 - Você já ouviu falar do Estatuto da Criança e do Adolescente?

a - () sim

b - () não

12 - Na sua opinião, a experiência dos adolescentes nos Correios, contribuirá para o seu futuro profissional:

a - () enquanto referências para um novo emprego

b - () enquanto aprendizado pessoal e profissional

c - () como espaço de construção de sua cidadania

d - () outros

Quais?

.....

.....

.....

13 - Você gostaria de estar sendo preparado para atuar como Orientador?

a - () sim

b - () não

14 - Através de:

a - () reuniões periódicas com o Serviço Social

b - () reuniões periódicas com o Serviço Social e adolescentes

c - () cursos sobre temáticas acerca da adolescência e suas particularidades

d - () outros

Quais?

.....

.....

.....

Obrigada pela atenção!!!

Dani